

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	12
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	16
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	18
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA.....	18
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	19
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	22
10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	23
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	23
12. INVESTIMENTOS.....	27
13. IMOBILIZADO	37
14. INTANGÍVEL.....	42
15. FORNECEDORES	43
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	43
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	45
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	49
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	49
20. PROVISÕES	51
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	61
22. RECEITA	62
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	67
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	72
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	74
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	77
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	86
28. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	88
29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	91
30. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	91
DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	95
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	111
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	121

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	757.015	887.143	95.861	113.336
Títulos e Valores Mobiliários	5	517.917	993.994	106.737	46.284
Consumidores e Revendedores	6	3.323.180	2.141.844	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	6	206.447	247.571	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	11	6.984.993	848.375	-	-
Tributos Compensáveis	7	260.869	213.602	4.829	4.816
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8a	334.439	294.903	-	-
Dividendos a Receber		65.541	73.283	213.982	354.811
Fundos Vinculados		54	1.110	5	273
Estoques		40.494	39.887	10	10
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	10	461.439	344.896	-	-
Outros Créditos		564.003	467.770	10.333	12.558
TOTAL DO CIRCULANTE		13.516.391	6.554.378	431.757	532.088
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	5	8.620	17.278	2.123	991
Consumidores e Revendedores	6	68.080	202.734	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	6	76.718	6.172	-	-
Tributos Compensáveis	7	377.607	386.606	6.570	6.568
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8a	172.440	207.104	172.440	207.104
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	1.285.839	1.245.726	423.628	362.408
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.557.122	1.534.805	422.482	423.044
Outros Créditos		392.998	407.525	15.937	19.219
Ativo Financeiro da Concessão	11	2.063.916	7.474.968	-	-
Investimentos	12	9.692.802	8.039.791	14.212.761	12.138.161
Imobilizado	13	4.764.227	5.543.620	2.287	1.178
Intangível	14	3.136.536	3.379.296	966	1.096
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		23.596.905	28.445.625	15.259.194	13.159.769
TOTAL DO ATIVO		37.113.296	35.000.003	15.690.951	13.691.857

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Fornecedores	15	1.464.063	1.603.716	4.729	5.766
Encargos Regulatórios	18	479.507	105.558	-	-
Participações nos Lucros		125.568	115.698	9.528	10.835
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	647.021	554.708	20.404	57.975
Imposto de Renda e Contribuição Social	16b	39.409	42.556	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar		717.725	1.643.451	717.725	1.643.451
Empréstimos e Financiamentos	17	4.083.048	4.151.063	-	-
Debêntures	17	663.394	1.139.592	-	-
Salários e Contribuições Sociais		208.545	194.608	8.959	8.555
Obrigações Pós-emprego	19	160.591	153.426	8.835	8.932
Provisão para perdas – Opções de Venda		279.983	-	279.983	-
Outras Obrigações		542.589	418.941	15.520	13.716
TOTAL DO CIRCULANTE		9.411.443	10.123.317	1.065.683	1.749.230
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	18	172.448	251.937	-	-
Empréstimos e Financiamentos	17	1.723.077	1.832.307	-	-
Debêntures	17	6.567.455	6.385.776	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	720.433	723.176	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16b	743.751	611.469	-	-
Provisões	20	782.931	754.975	327.265	308.767
Obrigações Pós-emprego	19	2.559.149	2.478.226	138.890	134.151
Provisão para perdas – Opções de Venda	12	75.280	194.830	-	165.801
Outras Obrigações		244.913	359.038	50.680	52.997
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		13.589.437	13.591.734	516.835	661.716
TOTAL DO PASSIVO		23.000.880	23.715.051	1.582.518	2.410.946
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.503	1.924.503	1.924.503
Reservas de Lucros		3.391.184	2.593.868	3.391.184	2.593.868
Ajustes de Avaliação Patrimonial		440.196	468.332	440.196	468.332
Lucros Acumulados		2.058.342	-	2.058.342	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		14.108.433	11.280.911	14.108.433	11.280.911
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		3.983	4.041	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.112.416	11.284.952	14.108.433	11.280.911
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		37.113.296	35.000.003	15.690.951	13.691.857

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado	30/06/2015	30/06/2014
RECEITA LÍQUIDA	22	11.241.759	9.411.436	161	160
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	23				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(4.733.681)	(3.497.982)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(492.643)	(334.226)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(523.922)	-	-	-
		(5.750.246)	(3.832.208)	-	-
OUTROS CUSTOS	23				
Pessoal e Administradores		(539.889)	(482.505)	-	-
Materiais		(24.813)	(25.796)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(74.971)	(125.633)	-	-
Serviços de Terceiros		(360.189)	(340.867)	-	-
Depreciação e Amortização		(416.652)	(373.838)	-	-
Provisões Operacionais		(77.903)	(3.514)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(499.663)	(361.241)	-	-
Outras		(104.733)	(91.926)	-	-
		(2.098.813)	(1.805.320)	-	-
CUSTO TOTAL		(7.849.059)	(5.637.528)	-	-
LUCRO BRUTO		3.392.700	3.773.908	161	160
DESPESAS OPERACIONAIS	23				
Despesas com Vendas		(58.077)	(48.525)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(276.265)	(266.124)	(25.983)	(28.470)
Outras Despesas Operacionais		(506.241)	(306.965)	(157.347)	(19.852)
		(840.583)	(621.614)	(183.330)	(48.322)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	95.810	135.947	2.130.839	2.001.409
Resultado de Valor Justo em Operação Societária		734.530	-	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		3.382.457	3.288.241	1.947.670	1.953.247
Receitas Financeiras	24	524.855	292.346	13.422	32.009
Despesas Financeiras	24	(1.049.886)	(654.795)	(3.698)	(3.253)
Resultado antes dos Impostos		2.857.426	2.925.792	1.957.394	1.982.003
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8c	(745.033)	(1.080.084)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	(93.502)	145.255	61.220	8.960
RESULTADO DO EXERCÍCIO		2.018.891	1.990.963	2.018.614	1.990.963
Total do resultado do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		2.018.614	1.990.963	2.018.614	1.990.963
Participação de acionista não-controlador		277	-	-	-
		2.018.891	1.990.963	2.018.614	1.990.963
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	21	1,60	1,58	1,60	1,58
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	21	1,60	1,58	1,60	1,58

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014 Reclassificado	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014
RECEITA	22	5.392.480	4.701.427	81	80
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.312.277)	(1.869.266)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(251.254)	(164.684)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(261.914)	-	-	-
		<u>(2.825.445)</u>	<u>(2.033.950)</u>	-	-
CUSTO	23				
Pessoal e Administradores		(272.821)	(250.620)	-	-
Materiais		(14.261)	(16.072)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		2.547	(88.143)	-	-
Serviços de Terceiros		(185.997)	(183.743)	-	-
Depreciação e Amortização		(175.813)	(203.293)	-	-
Provisões Operacionais		(69.427)	(15.054)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(266.090)	(212.171)	-	-
Outras		(79.025)	(55.348)	-	-
		<u>(1.060.887)</u>	<u>(1.024.444)</u>	-	-
CUSTO TOTAL		(3.886.332)	(3.058.394)	-	-
LUCRO BRUTO		1.506.148	1.643.033	81	80
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com Vendas		(31.377)	(21.217)	-	-
(Despesas) Reversões Gerais e Administrativas		(132.124)	(111.888)	(10.748)	(13.663)
Outras Despesas Operacionais		(297.680)	(160.760)	(137.968)	(15.468)
		<u>(461.181)</u>	<u>(293.865)</u>	<u>(148.716)</u>	<u>(29.131)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		5.718	21.227	631.078	747.347
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.050.685	1.370.395	482.443	718.296
Receitas Financeiras	24	234.553	39.423	7.468	18.839
Despesas Financeiras	24	(486.134)	(312.983)	(1.716)	(1.438)
Resultado antes dos Impostos		799.104	1.096.835	488.195	735.697
Imposto de Renda e Contribuição Social	8c	(286.276)	(452.821)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	21.436	96.860	45.937	5.177
RESULTADO DO EXERCÍCIO		534.264	740.874	534.132	740.874
Total do resultado do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		534.132	740.874	534.132	740.874
Participação de acionista não-controlador		132	-	-	-
		<u>534.264</u>	<u>740.874</u>	<u>534.132</u>	<u>740.874</u>
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	21	0,42	0,59	0,42	0,59
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	21	0,42	0,59	0,42	0,59

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.018.891	1.990.963	2.018.614	1.990.963
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(118)	325	-	-
	(118)	325	-	-
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	11.626	(2.645)	11.592	(2.320)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	84	-	-	-
	11.710	(2.645)	11.592	(2.320)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.030.483	1.988.643	2.030.206	1.988.643
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	2.030.206	1.988.643	2.030.206	1.988.643
Participação de acionista não-controlador	277	-	-	-
	2.030.483	1.988.643	2.030.206	1.988.643

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO	534.264	740.874	534.132	740.874
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	-
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	(1.636)	(1.136)	(1.832)	(1.136)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(196)	-	-	-
	<u>(1.832)</u>	<u>(1.136)</u>	<u>(1.832)</u>	<u>(1.136)</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>532.432</u>	<u>739.738</u>	<u>532.300</u>	<u>739.738</u>
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	532.300	739.738	532.300	739.738
Participação de acionista não-controlador	132	-	-	-
	<u>532.432</u>	<u>739.738</u>	<u>532.300</u>	<u>739.738</u>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6.294.208	1.924.733	3.839.882	579.534	-	12.638.357	-	12.638.357
Resultado do período	-	-	-	-	1.990.963	1.990.963	-	1.990.963
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	325	-	325	-	325
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	(2.645)	-	(2.645)	-	(2.645)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(2.320)	1.990.963	1.988.643	-	1.988.643
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	-	(230)	-	-	-	(230)	-	(230)
Dividendos adicionais propostos em 2013 (R\$0,04 por ação)	-	-	(54.527)	-	-	(54.527)	-	(54.527)
Dividendos extraordinários (R\$ 1,35 por ação)	-	-	(1.704.000)	-	-	(1.704.000)	-	(1.704.000)
Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(29.910)	29.910	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2014	6.294.208	1.924.503	2.081.355	547.304	2.020.873	12.868.243	-	12.868.243

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	6.294.208	1.924.503	2.593.868	468.332	-	11.280.911	4.041	11.284.952
Resultado do período	-	-	-	-	2.018.614	2.018.614	277	2.018.891
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(118)	-	(118)	-	(118)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	84	-	84	-	84
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	11.626	-	11.626	-	11.626
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	11.592	2.018.614	2.030.206	277	2.030.483
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Dividendos Adicionais Propostos em 2014 a acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(335)	(335)
Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	-	-	797.316	-	-	797.316	-	797.316
Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(39.728)	39.728	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2015	6.294.208	1.924.503	3.391.184	440.196	2.058.342	14.108.433	3.983	14.112.416

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	2.018.891	1.990.963	2.018.614	1.990.963
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	838.535	934.829	(61.220)	(8.960)
Depreciação e Amortização	428.708	384.524	241	254
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	55.653	5.299	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(95.810)	(135.947)	(2.130.839)	(2.001.409)
Juros e Variações Monetárias	556.266	582.267	-	-
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	(734.530)	-	-	-
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	273.005	(16.492)	137.025	(5.216)
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	(762.497)	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	187.502	163.949	9.950	8.387
	<u>2.765.723</u>	<u>3.909.392</u>	<u>(26.229)</u>	<u>(15.981)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(1.104.759)	(535.190)	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	806.923	-	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	(116.543)	(383.574)	-	-
Tributos Compensáveis	(38.268)	288.243	(15)	(7)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	(44.985)	181.846	34.664	31.870
Transporte de Energia	(29.422)	2.955	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(22.317)	(46.853)	562	(5.668)
Dividendos recebidos de Participações	151.393	274.845	300.863	2.010.096
Ativo Financeiro da Concessão	4.818	2.106	-	-
Outros	(96.404)	(87.897)	18.735	5.510
	<u>(489.564)</u>	<u>(303.519)</u>	<u>354.809</u>	<u>2.041.801</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(139.653)	377.454	(1.037)	(8.541)
Impostos, Taxas e Contribuições	89.570	(62.017)	(37.571)	(46.032)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(1.415)	(156.565)	2.673	-
Salários e Contribuições Sociais	13.937	(12.440)	404	(2.434)
Encargos Regulatórios	294.460	14.269	-	-
Obrigações Pós-emprego	(99.414)	(93.832)	(5.308)	(4.926)
Outros	91.459	14.890	(5.830)	(22.791)
	<u>248.944</u>	<u>81.759</u>	<u>(46.669)</u>	<u>(84.724)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	2.525.103	3.687.632	281.911	1.941.096
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(846.938)	(550.807)	(2.673)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(707.985)	(953.344)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>970.180</u>	<u>2.183.481</u>	<u>279.238</u>	<u>1.941.096</u>

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	484.735	(256.113)	(61.585)	(183.900)
Fundos Vinculados	1.056	1.200	268	(268)
Em Ativos Financeiros	(56.258)	(37.092)	-	-
Em Investimentos	(394.129)	(2.260.300)	(105.431)	(7.492)
Aquisição de participação em investidas	(309.684)	(2.160.341)	-	-
Aporte em Investidas	(84.445)	(99.959)	-	-
Em Imobilizado	(30.629)	(49.239)	(1.220)	(11)
Em Intangível	(399.912)	(326.571)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(395.137)	(2.928.115)	(167.968)	(191.671)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	-	(230)	-	(230)
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.097.192	3.128.769	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(3.673.618)	(1.062.437)	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(128.745)	(1.534.518)	(128.745)	(1.534.518)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(705.171)	531.584	(128.745)	(1.534.748)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(130.128)	(213.050)	(17.475)	214.677
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	887.143	2.201.827	113.336	286.183
No fim do exercício	757.015	1.988.777	95.861	500.860
	(130.128)	(213.050)	(17.475)	214.677

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/06/2015		30/06/2014 Reclassificado		30/06/2015		30/06/2014	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	15.831.447		11.720.621		161		160	
Receita de Construção de Distribuição	443.405		324.149		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	56.258		37.092		-		-	
Receita de Valor Justo em Operação Societária	734.530		-		-		-	
Receita de Indenização da Transmissão	54.872		63.315		-		-	
Outras Receitas	7.053		13.800		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(58.077)		(48.525)		-		-	
	17.069.488		12.110.452		161		160	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.143.052)		(3.820.607)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(534.469)		(369.632)		-		-	
Serviços de Terceiros	(597.819)		(548.684)		(4.196)		(8.372)	
Gás Comprado para Revenda	(523.922)		-		-		-	
Materiais	(327.695)		(317.137)		(145)		(58)	
Outros Custos Operacionais	(394.935)		(160.587)		(145.902)		(6.239)	
	(7.521.892)		(5.216.647)		(150.243)		(14.669)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	9.547.596		6.893.805		(150.082)		(14.509)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(428.708)		(384.524)		(241)		(254)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	9.118.888		6.509.281		(150.323)		(14.763)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	95.810		135.947		2.130.839		2.001.409	
Receitas Financeiras	524.855		292.346		13.422		32.009	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	9.739.553		6.937.574		1.993.938		2.018.655	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	861.466	8,85	773.977	11,15	29.700	1,49	27.368	1,35
Remuneração direta	617.457	6,34	517.049	7,45	20.484	1,03	14.769	0,73
Benefícios	209.780	2,15	222.716	3,21	8.292	0,42	10.579	0,52
FGTS	34.229	0,35	34.060	0,49	924	0,05	2.016	0,10
Outras	-	-	152	-	-	-	4	-
Impostos, Taxas e Contribuições	5.683.751	58,36	3.462.815	49,92	(58.478)	(2,93)	(3.085)	(0,15)
Federais	3.571.438	36,67	1.941.613	27,99	(58.714)	(2,94)	(3.271)	(0,16)
Estaduais	2.106.430	21,63	1.515.264	21,84	105	0,01	129	0,01
Municipais	5.883	0,06	5.938	0,09	131	0,01	57	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.175.445	12,07	709.819	10,23	4.102	0,21	3.409	0,17
Juros	1.120.047	11,50	654.795	9,44	3.697	0,19	3.253	0,16
Aluguéis	55.398	0,57	55.024	0,79	405	0,02	156	0,01
Remuneração de Capitais Próprios	2.018.891	20,73	1.990.963	28,70	2.018.614	101,24	1.990.963	98,63
Lucros Retidos	2.018.614	20,73	1.990.963	28,70	2.018.614	101,24	1.990.963	98,63
Participação dos não-controladores nos lucros Retidos	277	-	-	-	-	-	-	-
	9.739.553	100,00	6.937.574	100,00	1.993.938	100,00	2.018.655	100,00

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A controlada Cemig distribuição S.A. (“Cemig D”) detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 20 anos até 18 de fevereiro de 2016, e enquadra-se nos termos da Medida Provisória nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783 em janeiro de 2013). Em 15 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do respectivo contrato de concessão. Em 17 de janeiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) enviou para a Companhia o Ofício Circular 01/2014-DR/ANEEL informando que está analisando o requerimento de prorrogação da concessão, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido.

Em 02 de junho de 2015 foi editado o Decreto nº 8.461 que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição alcançadas pela Lei nº 12.783/2013. Posteriormente, em 10 de junho de 2015 a ANEEL publicou a Audiência Pública nº 038/2015, com o objetivo de obter subsídios para o aprimoramento do modelo de termo aditivo ao contrato de concessão para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica com base no Decreto nº 8.461/2015. O prazo de contribuições para essa Audiência encerrou-se em 13 de julho de 2015, sendo que até a data da aprovação destas Informações Contábeis Intermediárias os termos da prorrogação estão sob análise da Agência Reguladora. A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia optou por apresentar as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2015, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2015.

Em 12 de agosto de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2014 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 30 de junho de 2015.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado no semestre findo em 30 de junho de 2015 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2014	31/03/2015	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
5	28	Segmentos Operacionais
6	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	5	Títulos e Valores Mobiliários
8	6	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	7	Tributos Compensáveis
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados a Litígios
12	10	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)
13	11	Ativo Financeiro da Concessão
14	12	Investimentos
15	13	Imobilizado
16	14	Intangível
17	15	Fornecedores
18	16	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
19	17	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	18	Encargos Regulatórios
21	19	Obrigações Pós-Emprego
22	20	Provisões
23	21	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
24	22	Receita
25	23	Custos e Despesas Operacionais
26	24	Receitas e Despesas Financeiras
27	25	Transações com Partes Relacionadas
28	26	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
29	27	Mensuração Pelo Valor Justo
32	29	Transações não Envolvendo Caixa
33	30	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2014 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
4	Das Concessões e Autorizações
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais

2.3 – Reclassificação de Saldos Contábeis

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, alguns saldos contábeis referentes às Informações Contábeis Intermediárias do 2º semestre de 2014, originalmente emitidas em 13 de agosto de 2014, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados.

30/06/2014		Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Demonstração de Resultado					
Receita		22	9.498.530	(87.094)	9.411.436
Outros Custos - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		23	(69.624)	69.624	-
Outras Despesas Operacionais - Taxa Fiscalização, Serviços de terceiros e Penalidades contratuais e regulatórias		23	(311.764)	4.799	(306.965)
Despesas Financeiras (Outras - Penalidades contratuais e regulatórias)		24	(667.466)	12.671	(654.795)

30/06/2014		Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Composição da Receita					
Fornecimento bruto de energia elétrica - com impostos		21	8.102.330	190.858	8.293.188
Receita de transmissão - com impostos		21	286.643	(190.858)	95.785
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas		21	(2.646.647)	(87.094)	(2.733.741)

30/06/2014		Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Demonstrações do Valor Adicionado				
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Serviços de Terceiros (Agentes Arrecadadores)		(580.584)	31.900	(548.684)
Outros Custos Operacionais (Agentes Arrecadadores e Penalidades contratuais e regulatórias)		(116.016)	(44.571)	(160.587)
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros (Outras - Penalidades contratuais e regulatórias)		667.466	(12.671)	654.795

01/04/2014 a 30/06/2014		Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Demonstração de Resultado					
Receita		22	4.737.758	(36.331)	4.701.427
Outros Custos - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		23	(28.489)	28.489	-
Outras Despesas Operacionais - Taxa Fiscalização, Serviços de terceiros e Penalidades contratuais e regulatórias		23	(164.581)	3.821	(160.760)
Despesas Financeiras (Outras - Penalidades contratuais e regulatórias)		24	(317.004)	4.021	(312.983)

01/04/2014 a 30/06/2014		Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Composição da Receita					
Fornecimento bruto de energia elétrica - com impostos		21	4.184.583	83.936	4.268.519
Receita de transmissão - com impostos		21	132.559	(83.936)	48.623
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas		21	(1.364.399)	(36.331)	(1.400.730)

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/06/2015
		Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57
Cemig Telecom	Consolidação	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00
Cemig Overseas	Consolidação	100,00

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Contas Bancárias	97.605	88.767	4.714	4.893
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	522.677	750.376	63.747	105.937
Overnight	120.144	48.000	27.400	2.506
Outros	16.589	-	-	-
	<u>659.410</u>	<u>798.376</u>	<u>91.147</u>	<u>108.443</u>
	<u>757.015</u>	<u>887.143</u>	<u>95.861</u>	<u>113.336</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 70% a 109,6% conforme operação).

As operações de overnight que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	135.111	237.605	17.085	10.616
Letras Financeiras - Bancos	215.599	556.395	49.170	25.877
Letras Financeiras do Tesouro	92.705	85.752	23.191	3.988
Debêntures	66.569	98.319	15.182	4.682
Outros	7.933	15.923	2.109	1.121
	517.917	993.994	106.737	46.284
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	409	420	250	209
Letras Financeiras - Bancos	8.016	16.524	1.829	765
Outros	195	334	44	17
	8.620	17.278	2.123	991
	526.537	1.011.272	108.860	47.275

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e que variam entre 70% a 109,6% conforme operação.

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, está apresentada na Nota Explicativa nº 27.

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/06/2015	31/12/2014
Fornecimento Faturado	1.170.684	566.283	542.176	2.279.143	2.019.288
Fornecimento não Faturado	998.055	-	-	998.055	668.348
Suprimento a Outras Concessionárias	388.508	181.926	2.233	572.667	306.791
Concessionários – Transporte de Energia	227.847	9.999	251.368	489.214	253.744
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(664.654)	(664.654)	(649.850)
	2.785.094	758.208	131.123	3.674.425	2.598.321
Ativo Circulante				3.529.627	2.389.415
Ativo não Circulante				144.798	208.906

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 26.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2015	31/12/2014
Residencial	182.685	173.899
Industrial	122.399	122.468
Comércio, Serviços e Outras	104.793	99.130
Rural	18.635	17.891
Poder Público	10.278	10.126
Iluminação Pública	4.962	5.137
Serviço Público	9.699	9.936
Encargos de Uso de Rede - TUSD	206.048	206.048
Outros	5.155	5.215
	664.654	649.850

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no primeiro trimestre de 2015 é como segue:

	31/12/2013	Constituições	Baixas	30/06/2014	31/12/2014	Constituições	Baixas	30/06/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	584.560	48.525	(36.020)	597.065	649.850	58.077	(43.273)	664.654

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Circulante				
ICMS a Recuperar	194.887	169.491	3.431	3.431
PIS-PASEP	10.469	6.651		-
COFINS	48.322	30.733		-
Outros	7.191	6.727	1.398	1.385
	260.869	213.602	4.829	4.816
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	284.399	282.676	4.754	4.754
PIS-PASEP	21.305	18.150	4	3
COFINS	69.701	83.984	16	15
Outros	2.202	1.796	1.796	1.796
	377.607	386.606	6.570	6.568
	638.476	600.208	11.399	11.384

Os créditos PIS/PASEP, COFINS e ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até junho de 2016.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Circulante				
Imposto de Renda	224.228	201.693	-	-
Contribuição Social	110.211	93.210	-	-
	<u>334.439</u>	<u>294.903</u>	-	-
Não Circulante				
Imposto de Renda	158.446	195.933	158.446	195.933
Contribuição Social	13.994	11.171	13.994	11.171
	<u>172.440</u>	<u>207.104</u>	<u>172.440</u>	<u>207.104</u>
	<u>506.879</u>	<u>502.007</u>	<u>172.440</u>	<u>207.104</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Créditos Tributários				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	317.463	267.964	264.566	251.351
Provisões	369.906	305.929	206.464	161.353
Obrigações Pós-Emprego	648.215	623.473	36.597	35.274
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	226.086	220.835	7.202	6.804
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	198.614	196.032	-	-
Concessão Onerosa	8.173	66.638	-	-
Outros	54.621	50.083	2.656	3.147
Total	<u>1.823.078</u>	<u>1.730.954</u>	<u>517.485</u>	<u>457.929</u>
Obrigações Diferidas				
Custo de Captação	(12.705)	(1.993)	-	-
Custo atribuído	(287.230)	(305.248)	-	-
Ajuste a valor presente	-	(59.091)	-	-
IRT	-	(9.552)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(252.337)	(356.087)	(93.857)	(95.521)
Encargos Capitalizados	(82.377)	(59.892)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(2.145)	(1.511)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(245.997)	(227.341)	-	-
Atualização de Ativo Financeiro	(398.177)	(75.982)	-	-
Outros	(22)	-	-	-
Total	<u>(1.280.990)</u>	<u>(1.096.697)</u>	<u>(93.857)</u>	<u>(95.521)</u>
Total Líquido	<u>542.088</u>	<u>634.257</u>	<u>423.628</u>	<u>362.408</u>
Total do Ativo	1.285.839	1.245.726	423.628	362.408
Total do Passivo	(743.751)	(611.469)	-	-

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

(2) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.857.426	2.925.792	1.957.394	1.982.003
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(971.525)	(994.769)	(665.514)	(673.881)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	35.444	46.222	726.150	680.479
Ganho por variação no percentual de participação da Aliança Geração	88.392	-	-	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.815)	(2.584)	-	-
Incentivo Fiscal	4.302	10.153	-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(539)	175	3	8
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	15.093	11.805	-	-
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	(114)	200	-	-
Multas Indedutíveis	(4.429)	(2.918)	(3)	-
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(5.540)	(6.061)	-	-
Outros	2.196	2.948	584	2.354
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(838.535)	(934.829)	61.220	8.960
Alíquota Efetiva	29,35%	31,95%	(3,13)%	(0,45)%
Imposto Corrente	(745.033)	(1.080.084)	-	-
Imposto Diferido	(93.502)	145.255	61.220	8.960

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	799.104	1.096.835	488.195	735.697
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(271.696)	(372.924)	(165.986)	(250.137)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	4.813	7.217	211.407	254.098
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.020)	(1.886)	-	-
Incentivo Fiscal	2.328	7.752	-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(58)	206	(5)	7
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	8.368	5.782	-	-
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	(114)	200	-	-
Multas Indedutíveis	(2.207)	(876)	(1)	-
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(2.680)	(2.887)	-	-
Outros	(2.574)	1.455	522	1.209
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(264.840)	(355.961)	45.937	5.177
Alíquota Efetiva	33,14%	32,45%	(9,41)%	(0,70)%
Imposto Corrente	(286.276)	(452.821)	-	-
Imposto Diferido	21.436	96.860	45.937	5.177

Lei nº 12.973/14

A Medida Provisória nº 627/13, convertida na Lei nº 12.973/14, estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes, a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

A Companhia optou por não antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

Incentivos Fiscais - Sudene

A Receita Federal do Brasil através do Despacho Decisório 1352 DRF/BHE de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Trabalhista	316.550	300.439	29.108	30.771
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	16.610	14.774	-	-
PASEP/COFINS (1)	738.246	720.175	-	-
Créditos de ICMS sobre ativo Imobilizado	35.146	34.698	-	-
Outros	143.917	158.106	132.382	130.339
	933.919	927.753	132.382	130.339
Outros				
Atualização monetária AFAC - Governo do Estado de Minas Gerais (2)	239.445	239.445	239.445	239.445
Regulatório	37.480	37.276	8.934	8.730
Responsabilidade Civil	8.026	8.799	5.825	6.512
Relações de Consumo	3.610	3.580	1.429	1.450
Bloqueio Judicial	9.085	10.312	3.577	4.261
Outros	9.007	7.201	1.782	1.536
	306.653	306.613	260.992	261.934
	1.557.122	1.534.805	422.482	423.044

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 20;

(2) Depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais relativo à diferença na atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 20.

10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Reembolso de subsídios tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Estes repasses foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, de janeiro a junho de 2015, como receitas de subsídios, no montante de R\$362.898 (R\$283.838 no mesmo período de 2014). Dos valores provisionados, a Companhia tem a receber R\$461.439 (R\$344.896 em 31 de dezembro de 2014), reconhecidos no ativo circulante.

Reembolso de custos com energia comprada

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e, conseqüentemente, do aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

O decreto definiu que caberia à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – (CDE).

Estes repasses, no montante de R\$404.418, referentes às competências de novembro e dezembro de 2014, foram recebidos em março de 2015 e reconhecidos como uma realização parcial do Ativo Financeiro – CVA.

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Consolidado	30/06/2015	31/12/2014
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)		
Concessões de Distribuição	6.531.117	5.943.682
Concessões de Transmissão		
Contrato 006/97 - Indenização a Receber	1.008.473	953.601
Contrato 006/97 - Ativos Remunerados por Tarifa	324.249	276.659
Contrato 079/00 - Ativos Remunerados por Tarifa	46.192	42.726
	<u>7.910.031</u>	<u>7.216.668</u>
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	1.138.878	1.106.675
Total	9.048.909	8.323.343
Ativo Circulante	6.984.993	848.375
Ativo Não Circulante	2.063.916	7.474.968

a) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição, transmissão e gás da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Considerando que a concessão de distribuição da Cemig Distribuição tem o seu vencimento previsto para fevereiro de 2016, os saldos foram integralmente transferidos para o curto prazo no 1º trimestre de 2015.

Ativos de Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

O Laudo de avaliação entregue à Aneel em 31 de julho de 2014 representava uma indenização à Companhia no valor de R\$1.169.145, na data base de 31 de dezembro de 2012.

Em 23 de fevereiro de 2015, a Aneel enviou à Companhia o Relatório da Fiscalização com a revisão preliminar do Laudo enviado pela Companhia, que correspondeu ao valor de R\$1.157.106, que atualizado até 30 de junho de 2015 pelo IGP-M, corresponde ao valor de R\$1.293.911, dos quais R\$285.438 já foram recebidos no 1º trimestre de 2013.

Ainda não estão definidos pelo Poder Concedente o prazo e os critérios de atualização financeira para pagamento do valor remanescente da indenização.

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	779.135	5.063.802	5.842.937
Adição	37.092	-	37.092
Baixas	(296)	(3.032)	(3.328)
Transferências	(595)	376.237	375.642
Reversão de Provisão	63.315	-	63.315
Recebimentos	(2.106)	-	(2.106)
Atualização Financeira	-	(1.327)	(1.327)
Saldo em 30 de junho de 2014	876.545	5.435.680	6.312.225
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.272.986	5.943.682	7.216.668
Adição	56.258	-	56.258
Baixas	(41)	(29.875)	(29.916)
Transferências	(343)	423.637	423.294
Recebimentos	(4.818)	-	(4.818)
Atualização Financeira	54.872	193.673	248.545
Saldo em 30 de junho de 2015	1.378.914	6.531.117	7.910.031

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

A partir da assinatura do aditamento em 10 de dezembro de 2014, a Cemig D passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros:

Saldos em 30/06/2015	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Itens da "Parcela A"					
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	48.943	-	98.410	-	147.353
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da Rede Básica	99.918	(985)	31.396	-	130.329
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	2.181	(5)	1.043	-	3.219
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	102	(3.409)	-	-	(3.307)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	971	(310.699)	-	(31.098)	(340.826)
Energia comprada para Revenda	1.438.988	(537.668)	806.278	(269.168)	1.438.430
	1.591.103	(852.766)	937.127	(300.266)	1.375.198
Outros Componentes Financeiros					
Sobrecontratação de Energia	12.649	(152.881)	55.316	-	(84.916)
Neutralidade da Parcela A	13.514	(5.099)	-	-	8.415
Outros Itens Financeiros	25.615	(1.894)	772	-	24.493
Bandeiras Tarifárias	-	(184.312)	-	-	(184.312)
	51.778	(344.186)	56.088	-	(236.320)
TOTAL	1.642.881	(1.196.952)	993.215	(300.266)	1.138.878

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	30/06/2015	31/12/2014
Ativo	1.416.713	1.219.383	2.636.096	2.426.076
Passivo	(1.128.291)	(368.927)	(1.497.218)	(1.319.401)
	288.422	850.456	1.138.878	1.106.675

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros no primeiro semestre de 2015:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.106.675
(+) Constituição	1.041.902
(-) Amortização	(279.405)
(-) Recebimento de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(806.923)
(+) Atualização Selic	32.288
(+) Variação Cambial	44.341
Saldo em 30 de junho de 2015	1.138.878

12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das Informações Contábeis em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Cemig Geração e Transmissão	-	-	5.409.510	3.486.611
Hidrelétrica Cachoeirão	37.485	34.296		
Guanhães Energia	43.741	67.428		
Hidrelétrica Pipoca	28.738	28.807		
Retiro Baixo	148.343	149.944		
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	636.867	674.183		
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	678.952	707.910		
Lightger	38.121	38.900		
Baguari Energia	188.414	193.351		
Renova	1.490.711	1.538.299		
Aliança Geração	1.348.813	3.323		
Aliança Norte	352.664	-		
Central Eólica Praias de Parajuru	62.415	61.999		
Central Eólica Volta do Rio	84.364	84.023		
Central Eólica Praias de Morgado	62.824	62.332		
Amazônia Energia	488.783	394.238		
Cemig Distribuição	-	-	2.690.499	2.482.227
Light	1.206.623	1.199.236	1.206.623	1.199.236
TAESA	2.265.934	2.187.623	2.265.934	2.187.623
Cemig Telecom	-	-	215.121	225.440
Gasmig	-	-	1.414.991	1.436.815
Rosal Energia	-	-	140.176	120.964
Sá Carvalho	-	-	102.374	106.601
Horizontes Energia	-	-	72.124	70.118
Usina Térmica Ipatinga	-	-	4.066	24.166
Cemig PCH	-	-	77.824	66.560
Cemig Capim Branco Energia	-	-	-	130.128
Epícares Empreendimentos e Participações Ltda	-	92.641	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	17.169	13.588	17.169	13.588
UTE Barreiro	-	-	29.802	28.822
Companhia Transudeste de Transmissão	15.813	12.725	15.813	12.725
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	14.256	9.067
Companhia Transirapé de Transmissão	17.608	13.827	17.607	13.827
Transchile	78.915	66.141	78.915	66.141
Efficientia	-	-	4.383	4.935
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	6.140	6.042
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.510	20.985	20.510	20.985
Cemig Trading	-	-	29.869	31.182
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.790	23.633	23.790	23.633
Parati	355.205	370.359	355.205	370.359
Cemig Overseas	-	-	60	366
	9.692.802	8.039.791	14.212.761	12.138.161

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio, que refere-se a coligada com influência significativa

A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2013	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Outros	30/06/2014
Cemig Geração e Transmissão	3.815.017	1.810.857	-	(847.005)	-	4.778.869
Cemig Distribuição	2.492.858	(66.895)	-	-	-	2.425.963
Cemig Telecom	237.172	(3.990)	325	-	-	233.507
Rosal Energia	140.005	(320)	-	(14.096)	391	125.980
Sá Carvalho	121.816	10.605	-	(25.118)	648	107.951
Gasmig	577.239	31.495	-	(55.078)	-	553.656
Horizontes Energia	76.103	6.421	-	(7.392)	-	75.132
Usina Térmica Ipatinga	26.362	6.793	-	(8.854)	166	24.467
Cemig PCH	87.569	5.502	-	(9.047)	219	84.243
Cemig Capim Branco Energia	128.426	39.771	-	(31.269)	-	136.928
Companhia Transleste de Transmissão	28.933	2.681	-	(3.093)	-	28.521
UTE Barreiro	34.775	(930)	-	(3.336)	51	30.560
Companhia Transudeste de Transmissão	13.809	1.443	-	(674)	-	14.578
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	10.448	5.540	-	(9.865)	-	6.123
Companhia Transirapé de Transmissão	14.262	1.265	-	(780)	-	14.747
Transchile	54.825	535	(2.645)	-	(1)	52.714
Efficientia	7.253	162	-	-	-	7.415
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.942	192	-	(188)	(1)	5.945
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.666	1.729	-	-	-	19.395
Light	1.190.464	26.763	-	(103.432)	-	1.113.795
Cemig Trading	46.886	32.146	-	(46.692)	-	32.340
Axiom Soluções Tecnológicas	7.886	(1.299)	-	-	6.742	13.329
Parati	379.345	12.987	-	(31.826)	-	360.506
Taesa	2.249.382	77.956	-	(179.367)	-	2.147.971
Cemig Overseas	-	-	-	-	975	975
	11.764.443	2.001.409	(2.320)	(1.377.112)	9.190	12.395.610

Controladora	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Outros/Aporte	30/06/2015
Cemig Geração e Transmissão	3.486.610	1.785.188	-	-	137.712	5.409.510
Cemig Distribuição	2.482.227	5.186	-	-	203.086	2.690.499
Cemig Telecom	225.440	(10.201)	(118)	-	-	215.121
Rosal Energia	120.964	23.062	-	(3.850)	-	140.176
Sá Carvalho	106.601	6.271	-	(10.498)	-	102.374
Gasmig	1.436.815	55.900	-	(77.724)	-	1.414.991
Horizontes Energia	70.118	1.937	-	(370)	439	72.124
Usina Térmica Ipatinga	24.166	393	-	(6.493)	(14.000)	4.066
Cemig PCH	66.560	1.264	-	-	10.000	77.824
Cemig Capim Branco Energia	130.128	12.153	-	-	(142.281)	-
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	5.207	-	(1.626)	-	17.169
UTE Barreiro	28.822	980	-	-	-	29.802
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	3.604	-	(516)	-	15.813
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	9.067	7.901	-	(2.712)	-	14.256
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	4.351	-	(571)	-	17.607
Transchile	66.141	1.148	11.626	-	-	78.915
Efficientia	4.935	(552)	-	-	-	4.383
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.042	98	-	-	-	6.140
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.985	1.282	-	(1.757)	-	20.510
Light	1.199.236	7.387	-	-	-	1.206.623
Cemig Trading	31.182	29.677	-	(30.990)	-	29.869
Axiom Soluções Tecnológicas	23.633	157	-	-	-	23.790
Parati	370.359	393	-	(15.547)	-	355.205
Taesa	2.187.623	188.777	-	(110.466)	-	2.265.934
Cemig Overseas	367	(724)	84	-	333	60
	12.138.161	2.130.839	11.592	(263.120)	195.289	14.212.761

Consolidado	31/12/2013	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	30/06/2014
Gasmig	577.239	31.495	-	(55.078)	-	-	553.656
Companhia Transleste de Transmissão	28.933	2.681	-	(3.093)	-	-	28.521
Companhia Transsudeste de Transmissão	13.809	1.443	-	(674)	-	-	14.578
Companhia Transirapé de Transmissão	14.262	1.265	-	(780)	-	-	14.747
Transchile	54.825	535	(2.645)	-	-	(1)	52.714
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.666	1.729	-	-	-	-	19.395
Light	1.190.464	26.763	-	(103.432)	-	-	1.113.795
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.886	(1.299)	-	-	6.517	225	13.329
Hidrelétrica Cachoeirão	33.922	4.230	-	(3.140)	-	-	35.012
Guanhães Energia	67.428	-	-	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	25.069	3.803	-	(1.106)	-	-	27.766
Madeira Energia	642.585	(19.386)	-	-	40.000	-	663.199
Lightger	40.076	1.362	-	(216)	-	-	41.222
Baguari Energia	199.411	6.911	-	-	-	96	206.418
Central Eólica Praias de Parajuru	61.201	763	-	(493)	-	-	61.471
Central Eólica Volta do Rio	77.884	1.388	-	-	-	-	79.272
Central Eólica Praias de Morgado	60.948	(466)	-	-	-	-	60.482
Amazônia Energia	310.797	(2.035)	-	-	49.147	-	357.909
Ativas Data Center	4.397	(12.691)	-	-	-	12.691	4.397
Epícares Empreendimentos	103.271	899	-	(8.981)	-	-	95.189
Parati	379.345	12.987	-	(31.826)	-	-	360.506
Taesa	2.249.382	77.956	-	(179.367)	-	-	2.147.971
Renova	-	-	-	-	810.129	-	810.129
Aliança	-	-	-	-	3.320	-	3.320
Chipley	-	(4.386)	-	-	739.943	-	735.557
SAAG Investimentos	-	-	-	-	610.269	-	610.269
Cemig Overseas	-	-	-	-	975	-	975
	6.160.800	135.947	(2.645)	(388.186)	2.260.300	13.011	8.179.227

Consolidado	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	30/06/2015
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	5.207	-	(1.626)	-	-	17.169
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	3.604	-	(516)	-	-	15.813
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	4.351	-	(570)	-	-	17.608
Transchile	66.141	1.148	11.626	-	-	-	78.915
Companhia de Transmissão Centrooeste de Minas Light	20.985	1.282	-	(1.757)	-	-	20.510
Light	1.199.236	7.387	-	-	-	-	1.206.623
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.633	157	-	-	-	-	23.790
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	3.189	-	-	-	-	37.485
Guanhães Energia	67.428	(23.687)	-	-	-	-	43.741
Hidrelétrica Pipoca	28.807	1.202	-	(1.271)	-	-	28.738
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	674.183	(37.316)	-	-	-	-	636.867
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	707.910	(28.958)	-	-	-	-	678.952
Lightger	38.900	(779)	-	-	-	-	38.121
Baguari Energia	193.351	6.927	-	(11.898)	-	34	188.414
Central Eólica Praias de Parajuru	61.999	350	-	-	-	66	62.415
Central Eólica Volta do Rio	84.023	341	-	-	-	-	84.364
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	492	-	-	-	-	62.824
Amazônia Energia (3)	394.238	(2.996)	-	-	97.541	-	488.783
Ativas Data Center	-	(14.565)	-	-	-	14.565	-
Epícares Empreendimentos (1)	92.641	1.342	-	-	-	(93.983)	-
Parati	370.359	393	-	(15.547)	-	-	355.205
Taesá	2.187.623	188.777	-	(110.466)	-	-	2.265.934
Renova	1.538.299	(47.588)	-	-	-	-	1.490.711
Aliança Geração (2)	3.323	29.846	-	-	581.114	734.530	1.348.813
Aliança Norte (4)	-	(1.448)	-	-	354.112	-	352.664
Retiro Baixo	149.944	(2.848)	-	-	1.247	-	148.343
	8.039.791	95.810	11.626	(143.651)	1.034.014	655.212	9.692.802

(1) A participação na Epícares, relacionada ao investimento na usina de Capim Branco, foi incorporado na Aliança Geração, conforme maiores comentários nesta Nota.

(2) Vide maiores comentários sobre a constituição da Aliança Geração nesta Nota.

(3) Do valor total dos aportes na Amazônia Energia, R\$36.393 foram pagos em julho de 2015. Mais informações vide Notas Explicativas 25 e 29.

(4) Do valor total dos aportes na Aliança Norte, R\$22.378 foram pagos em julho de 2015. Mais informações vide Notas Explicativas 25 e 29.

Ágio na aquisição de Participações

No processo de alocação do preço de aquisição de investimentos, foram identificados ativos intangíveis referentes aos direitos de exploração de atividades reguladas, estando estes ativos suportados por laudos de avaliação econômico-financeira.

Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das concessões e autorizações, pelo método linear, vinculadas à exploração dos empreendimentos.

As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	30/06/2015			31/12/2014		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	5.409.510	100,00	1.700.000	3.486.611
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	76.500	49,00	35.000	69.991
Guanhães Energia	137.607.800	49,00	137.608	89.367	49,00	137.608	137.608
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	58.647	49,00	41.360	58.789
Madeira Energia (*)	9.685.903.724	18,05	9.685.904	7.289.850	17,76	9.455.706	7.782.055
Baguari Energia	26.157.300	69,39	261.573	271.538	69,39	261.573	278.653
Central Eólica Praias de Parajuru (*)	70.560.000	49,00	70.560	127.378	49,00	70.560	126.529
Central Eólica Volta do Rio (*)	117.230.000	49,00	117.230	172.171	49,00	117.230	171.476
Central Eólica Praias de Morgado (*)	52.960.000	49,00	52.960	128.212	49,00	52.960	127.208
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	77.798	49,00	79.232	79.388
Amazônia Energia	595.398.523	74,50	644.759	656.084	74,50	562.670	529.178
Aliança Geração	1.271.026.380	45,00	1.291.450	2.997.362	-	-	-
Aliança Norte	20.673.567.931	49,00	574.497	719.720	-	-	-
Retiro Baixo (*)	222.850.000	49,90	233.449	297.280	49,90	217.350	300.489
Renova (*)	318.655.422	27,37	2.509.937	5.446.514	27,37	2.567.613	5.620.383
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.361.998	2.690.499	100,00	2.261.998	2.482.227
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	4.630.173	26,06	2.225.822	4.601.827
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	215.121	100,00	225.082	225.440
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	140.176	100,00	46.944	120.964
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	102.374	100,00	36.833	106.601
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.421.102	99,57	665.429	1.436.815
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	72.124	100,00	64.258	70.118
Usina Térmica Ipatinga	174.281	100,00	174	4.066	100,00	14.174	24.166
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	77.824	100,00	30.952	66.560
Cemig Capim Branco Energia	87.579.000	-	-	-	100,00	87.579	130.128
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	68.504	25,00	49.569	54.352
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	29.802	100,00	30.902	28.822
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	65.887	24,00	30.000	53.021
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	14.256	100,00	486	9.067
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	71.865	24,50	22.340	56.437
Transchile	56.407.271	49,00	188.201	161.051	49,00	161.122	134.982
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	4.383	100,00	6.052	4.935
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.000.000	100,00	5.001	6.140	100,00	5.001	5.001
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	40.216	51,00	28.000	41.147
Cemig Trading	160.297	100,00	160	29.869	100,00	160	31.182
Axiom Soluções Tecnológicas	46.600.000	49,00	46.600	48.551	49,00	17.200	48.231
Parati	1.432.910.602	25,00	1.432.910	1.420.820	25,00	1.432.910	1.481.436
TAESA	1.033.496.721	43,36	3.042.034	5.225.863	43,36	3.042.034	5.045.277
Cemig Overseas	300.000	100,00	1.038	(3.526)	100,00	1.038	(2.803)

(*) Patrimônio Líquido incluindo o ágio na aquisição.

Adiantamento para futuro aumento de Capital (AFAC) da Cemig D

No dia 11 de março de 2015 o Conselho de Administração da Cemig deliberou autorizar a transferência à Cemig D, de R\$100.000.

Em 30 de abril de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social da Cemig D no valor de R\$100.000. O capital social, que era de R\$2.261.998, passou para R\$2.361.998, através da emissão de 97.115.665 novas ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,0297 cada. A quantidade total de ações passou de 2.261.997.787 para 2.359.113.452.

Aumento do Capital Social da Cemig GT

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovado o aumento do Capital Social da Cemig GT de R\$1.700.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, para R\$1.837.710, sem emissão de novas ações, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais. Este aumento decorre da aprovação da incorporação da Cemig Capim Branco pela Cemig GT.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Madeira Energia S.A. (MESA) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (SAESA) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituído pelos referidos gastos totalizava, em 30 de junho de 2015, R\$21.630.642 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 30 de junho de 2015, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada em conjunto é de R\$3.904.330. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto MESA, tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações.

A MESA e sua controlada SAESA contam com os aportes de recursos diretos e indiretos a serem efetuados pelos seus acionistas.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

Em 21 de outubro de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos Acionistas da MESA, na qual foi aprovado aumento do capital social da MESA, por maioria, no valor de R\$ 1,59 bilhão.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela Cemig GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar, se instaurada, será sigilosa, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, e terá a MESA (e não a SAESA) como parte.

Opção de Venda de Cotas do FIP Melbourne

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, uma vez que a Madeira Energia é uma companhia fechada, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias, à taxa efetiva de 8% ao ano (descontados os efeitos inflacionários).

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$75.280 referente a melhor estimativa de perda dessas opções.

A movimentação do valor das opções nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2015 é como segue:

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.029	-
Adições	46.251	-
Baixas	-	-
Saldo em 30 de junho de 2015	75.280	-

Como análise de sensibilidade, uma das principais variáveis com efeito sobre o cálculo das opções é a taxa de desconto. A alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito aproximado de R\$32 milhões no valor das opções.

a) Investimento na Amazônia Energia S.A. - NESÁ

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESÁ”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESÁ é de 9,77% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESÁ assinou Contrato de Concessão com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A NESÁ ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Aquisição de participação na Aliança Norte Energia

A Cemig concluiu em 31 de março de 2015 a aquisição dos 49% de participação da Aliança Norte Energia Participações S/A, detentora da participação de 9% da Norte Energia S/A. (NESÁ), pertencentes a Vale S.A., o que corresponde a uma participação indireta na NESÁ de 4,41%.

O preço da aquisição foi de R\$309.684 referente aos aportes efetuados pela Vale no capital social da NESÁ até a data do fechamento, corrigido pelo IPCA da data de cada aporte até 28 de fevereiro de 2015, proporcionalmente a participação societária.

Valor justo da participação adquirida na Aliança Norte Energia Participações S/A, é como segue:

	Valores justos das participações adquiridas (49,00%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	1
Investimentos	249.935
Ativo intangível	90.861
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(220)
Impostos diferidos	(30.893)
Total dos ativos líquidos	309.684

Investimento na Parati Participações em Ativos de Energia S.A (“Parati”)

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, a Companhia observou o volume das ações da Light negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tal opção, se exercida pelo Fundo, requererá a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações da referida empresa em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Informações Contábeis Intermediárias, à taxa efetiva de 7,5% ao ano (descontados os efeitos inflacionários).

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$279.983 referente a melhor estimativa de perda dessa opção.

A movimentação do valor das opções nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2015 é como segue:

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo em 31 de dezembro de 2014	165.801	-
Adições	114.182	-
Baixas	-	-
Saldo em 30 de junho de 2015	279.983	-

Como análise de sensibilidade, um principais variáveis com efeito sobre o cálculo das opções é a taxa de desconto. A alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito de R\$73 milhões no valor das opções.

Constituição da Aliança Geração de Energia

A Aliança Geração de Energia S.A. foi criada pela formalização de associação entre Cemig GT e Vale S.A. como uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica.

Em função da constituição da Aliança Geração de Energia, a Companhia transferiu para essa nova empresa os saldos referentes as suas participações nos consórcios de geração de energia elétrica, bom como as participações da controlada Capim Branco energia S.A., conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2015
Ativo	
Consórcio da Hidroelétrica de Aimorés	404.215
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Funil	123.609
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Igarapava	37.144
Consórcio UHE Porto Estrela	34.509
	599.477
Passivo	
Concessão Onerosa Porto Estrela - corrente	(15.654)
Concessão Onerosa Porto Estrela – não corrente	(134.071)
	(149.725)
Acervo Líquido da Cemig GT	449.752
Acervo Líquido da Capim Branco	131.362
	581.114

Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de associação entre a Vale S.A. (Vale) e Cemig GT, mediante a integralização na Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança), das participações societárias detidas por Vale e Cemig GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Aimorés, Capim Branco I e Capim Branco II (oriundos da empresa Capim Branco S.A. transferidos da Cemig Holding para Cemig GT) e Candonga empreendimento somente da Vale. A Aliança passa a possuir a capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração. A Cemig Capim Branco foi extinta nesta data, em decorrência da incorporação de seus saldos remanescentes de ativos e passivos pela Cemig GT.

Com a constituição da Aliança, Vale e Cemig GT detêm, respectivamente, 55% e 45% do capital total, exercendo o controle em conjunto da Sociedade. A conclusão da transação não resultou em nenhum desembolso financeiro e foi executada com o aporte de ativos.

Em conformidade com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, mais especificamente o CPC 18 R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), a Cemig GT reconheceu em suas Informações Contábeis Intermediárias o ganho referente a avaliação ao valor justo do investimento na Aliança, excluindo os efeitos da avaliação ao valor justo dos ativos próprios da Companhia que foram aportados na Aliança.

Dessa forma, segue abaixo demonstrativo dos efeitos da operação nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2015:

	Cemig	Vale	Total
Valor justo dos ativos aportados na Aliança	1.866.981	2.331.177	4.198.158
Valor contábil dos ativos aportados na Aliança	571.864	1.276.668	1.848.532
Participação das empresas na Aliança	45%	55%	100%
Participação da Cemig avaliada pelo valor justo	1.889.171	-	-
Lucros não realizados na parcela remanescente dos ativos contribuídos	(582.777)	-	-
Participação da Cemig na Aliança	1.306.394	-	-
Valor contábil dos ativos contribuídos (Nota 13)	(571.864)	-	-
Ganho da transação a ser registrado no resultado do exercício de 2015	734.530	-	-
Efeitos fiscais	(161.348)	-	-
Efeito líquido no resultado do exercício	<u>573.182</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

13. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2015			31/12/2014		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	323.610	(6.951)	316.659	382.377	(9.375)	373.002
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	7.244.462	(5.211.781)	2.032.681	7.465.953	(5.205.671)	2.260.282
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.965.701	(1.485.750)	479.951	2.137.972	(1.528.400)	609.572
Máquinas e Equipamentos	7.237.086	(5.517.065)	1.720.021	7.642.968	(5.589.719)	2.053.249
Veículos	28.517	(20.912)	7.605	28.919	(19.675)	9.244
Móveis e Utensílios	15.752	(11.901)	3.851	16.738	(12.531)	4.207
	<u>16.815.128</u>	<u>(12.254.360)</u>	<u>4.560.768</u>	<u>17.674.927</u>	<u>(12.365.371)</u>	<u>5.309.556</u>
Em Curso	203.459	-	203.459	234.064	-	234.064
Imobilizado Líquido	<u>17.018.587</u>	<u>(12.254.360)</u>	<u>4.764.227</u>	<u>17.908.991</u>	<u>(12.365.371)</u>	<u>5.543.620</u>

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Adição/Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2014
Em Serviço					
Terrenos	377.859	-	-	(2.514)	375.345
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2.394.742	102	-	(61.807)	2.333.037
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	711.906	10.565	-	(13.531)	708.940
Máquinas e Equipamentos	2.079.499	19.994	(1.509)	(80.559)	2.017.425
Veículos	11.959	2	(26)	(1.352)	10.583
Móveis e Utensílios	1.940	93	(2)	(130)	1.901
	<u>5.577.905</u>	<u>30.756</u>	<u>(1.537)</u>	<u>(159.893)</u>	<u>5.447.231</u>
Em Curso	239.550	10.982	-	-	250.532
Imobilizado Líquido	<u>5.817.455</u>	<u>41.738</u>	<u>(1.537)</u>	<u>(159.893)</u>	<u>5.697.763</u>

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixa	Aporte na Aliança Geração de Energia	Depreciação	Transferências/Capitalizações	Saldo em 30/06/2015
Em Serviço							
Terrenos	373.002	-	(17.429)	(40.796)	(1.886)	3.768	316.659
Reservatórios, Barragens e Adustras	2.260.282	-	-	(163.123)	(69.969)	5.491	2.032.681
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	609.572	-	(670)	(115.659)	(13.642)	350	479.951
Máquinas e Equipamentos	2.053.249	-	(2.798)	(308.207)	(80.769)	58.546	1.720.021
Veículos	9.244	-	-	(335)	(1.304)	-	7.605
Móveis e Utensílios	4.207	-	(2)	(199)	(163)	8	3.851
	<u>5.309.556</u>	<u>-</u>	<u>(20.899)</u>	<u>(628.319)</u>	<u>(167.733)</u>	<u>68.163</u>	<u>4.560.768</u>
Em Curso	234.064	30.629	-	(3.077)	-	(58.157)	203.459
Imobilizado Líquido	<u>5.543.620</u>	<u>30.629</u>	<u>(20.899)</u>	<u>(631.396)</u>	<u>(167.733)</u>	<u>10.006</u>	<u>4.764.227</u>

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

Consórcios

A Companhia participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica para a usina de Queimado, para a qual não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas. Os investimentos acumulados são como segue:

	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/06/2015	2014
Em serviço				
Usina de Queimado	82,5	4	212.544	212.531
Depreciação acumulada			(67.889)	(61.361)
Total em operação			144.656	151.170
Em curso				
Usina de Queimado	82,5		1.798	1.704
Total em construção			1.798	1.704

A participação do outro acionista, Companhia Energética de Brasília, na usina de Queimado é de 17,50%.

Renovação da concessão da Usina de Jaguará

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, por meio de Despacho, em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguará até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 14 de maio de 2014, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia ("MME") que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto último, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97.

Em 24 de junho de 2015, foi concluída a manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, sendo indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT, por 6 (seis) votos a 2 (dois). Até a data da publicação destas Informações Contábeis Intermediárias, esse acórdão ainda não havia sido publicado, sendo certo que a Companhia não foi intimada dessa decisão.

Em 22 de julho de 2015 a Companhia ajuizou medida cautelar com pedido liminar, perante a Presidência do Superior Tribunal de Justiça, com o objetivo de imprimir efeito suspensivo a embargos declaratórios e recurso ordinário que serão interpostos em face do acórdão a ser publicado pela 1ª Seção do STJ. Esse pedido de liminar ainda não foi apreciado.

A Companhia reconheceu, durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período, considerando o atual status da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos.

Renovação da concessão da Usina de São Simão

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da usina de São Simão uma vez que entende que o respectivo contrato de concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da Aneel decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) que seja negada a renovação da Concessão da usina de São Simão por entender que a Cemig GT não realizou o pedido de prorrogação dentro do prazo estabelecido pela Lei nº 12.783/13.

Por meio de Despacho MME, s/nº, de 28 de agosto de 2014, publicado em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME, com pedido de reconsideração, requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos.

Em 16 de setembro de 2014, o MME, por meio do Ofício nº 239/2014, solicitou manifestação da Cemig GT quanto ao interesse de permanecer responsável pela prestação do serviço público de geração de energia elétrica da UHE São Simão. Em resposta (Carta DPR-0558A/2014), a concessionária ressaltou que se reserva no direito de pronunciar sobre a manutenção da mencionada usina após o julgamento definitivo no âmbito administrativo (Recurso Hierárquico) e judicial (referente à UHE Jaguará, mesma situação jurídica e fática).

Em 04 de novembro de 2014, a Cemig GT recebeu novo Ofício nº 332/2014, para manifestar o interesse em permanecer responsável pela prestação do serviço, ressaltando que a não manifestação explícita seria entendida como uma negativa à solicitação do MME. Em resposta a esse Ofício, a Companhia reiterou, em 17 de novembro de 2014, o disposto na Carta DPR-0558A/2014.

O Recurso Hierárquico ainda se encontra pendente de apreciação pelo MME e pela Presidente da República.

Em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou Mandado de Segurança, perante o STJ, com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão com base na Cláusula 4ª do Contrato nº 007/1997.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permaneça no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança nº 20.432/DF (referente à UHE Jaguará), ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do MS nº 20.432/DF pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança nº 21.465/DF, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015, a Cemig GT interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da UHE São Simão, sob as bases iniciais do Contrato nº 007/1997.

Já no dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT (Ofício nº 238/2015-SPE-MME) para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina de São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97, até que seja julgado definitivamente este mandado de segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

A Companhia reconheceu, durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período, considerando o atual status da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos.

14. INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Consolidado	30/06/2015			31/12/2014		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.792	(1.315)	10.477	13.819	(1.957)	11.862
Concessão Onerosa	19.169	(9.554)	9.615	39.868	(16.125)	23.743
Ativos de Concessão	8.590.686	(6.594.946)	1.995.740	8.707.590	(6.484.556)	2.223.034
Outros	58.443	(48.824)	9.619	66.144	(48.799)	17.345
	<u>8.680.090</u>	<u>(6.654.639)</u>	<u>2.025.451</u>	<u>8.827.421</u>	<u>(6.551.437)</u>	<u>2.275.984</u>
Em Curso	1.111.085	-	1.111.085	1.103.312	-	1.103.312
Intangível Líquido	<u>9.791.175</u>	<u>(6.654.639)</u>	<u>3.136.536</u>	<u>9.930.733</u>	<u>(6.551.437)</u>	<u>3.379.296</u>

b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/06/2014
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	12.439	-	-	(320)	62	12.181
Concessão Onerosa	27.428	-	-	(1.748)	-	25.680
Ativos de Concessão	866.042	-	(434)	(216.277)	45.727	695.058
Outros	23.736	-	-	(2.332)	6.143	27.547
	<u>929.645</u>	<u>-</u>	<u>(434)</u>	<u>(220.677)</u>	<u>51.932</u>	<u>760.466</u>
Em Curso	1.074.345	326.571	-	-	(424.027)	976.889
Intangível Líquido - Consolidado	<u>2.003.990</u>	<u>326.571</u>	<u>(434)</u>	<u>(220.677)</u>	<u>(372.095)</u>	<u>1.737.355</u>

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Aporte na Aliança Geração de Energia	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/06/2015
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Servidão	11.862	-	(1.202)	-	(205)	22	10.477
Concessão Onerosa	23.743	-	(12.517)	-	(1.611)	-	9.615
Ativos de Concessão	2.223.034	-	-	(3.472)	(256.227)	32.405	1.995.740
Outros	17.345	59	-	-	(2.932)	(4.853)	9.619
	<u>2.275.984</u>	<u>59</u>	<u>(13.719)</u>	<u>(3.472)</u>	<u>(260.975)</u>	<u>27.574</u>	<u>2.025.451</u>
Em Curso	1.103.312	470.013	-	(1.366)	-	(460.874)	1.111.085
Intangível Líquido - Consolidado	<u>3.379.296</u>	<u>470.072</u>	<u>(13.719)</u>	<u>(4.838)</u>	<u>(260.975)</u>	<u>(433.300)</u>	<u>3.136.536</u>

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrada no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A taxa de amortização média anual é 3,48% considerando as taxas determinadas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Energia de curto prazo - CCEE	209.350	329.535
Encargos de uso da rede elétrica	85.553	87.702
Energia elétrica comprada para revenda	617.931	595.546
Itaipu binacional	275.043	148.864
Gás comprado para revenda	71.401	151.394
Materiais e serviços	204.785	290.675
	1.464.063	1.603.716

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulante Pasep/Cofins referem-se ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS, na base de cálculo dessas contribuições, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladas Cemig D e Cemig GT obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento para os fatos geradores ocorridos até julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Circulante				
ICMS	477.881	365.187	18.091	18.091
COFINS	99.765	96.186	1	30.856
PASEP	21.656	21.231	-	6.699
INSS	19.627	21.158	1.658	1.651
Outros	28.092	50.946	654	678
	647.021	554.708	20.404	57.975
Não Circulante				
COFINS	591.881	594.093	-	-
PASEP	128.499	128.980	-	-
Outros	53	103	-	-
	720.433	723.176	-	-
	1.367.454	1.277.884	20.404	57.975

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Circulante		
Imposto de Renda	28.698	38.981
Contribuição Social	10.711	3.575
	39.409	42.556

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/06/2015			31/12/2014
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.238	27.119	28.357	24.555
KFW	2016	4,50	EURO	2.315	1.109	3.424	4.257
KFW	2024	1,78	EURO	1.205	10.082	11.287	10.525
Dívida em Moeda Estrangeira				4.758	38.310	43.068	39.337
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	67.520	65.979	133.499	212.230
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	50.770	48.936	99.706	-
Banco do Brasil S.A.	2020	114,00% do CDI	R\$	7.922	489.481	497.403	-
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	156.649	294.899	451.548	450.569
Banco do Brasil S.A.	2016	104,10% do CDI	R\$	561.099	360.000	921.099	918.830
Banco do Brasil S.A.	2015	98,50% do CDI	R\$	-	-	-	205.633
Banco do Brasil S.A.	2015	106,90% do CDI	R\$	596.219	-	596.219	-
Banco do Brasil S.A.	2015	99,50% do CDI	R\$	-	-	-	237.666
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25% do CDI	R\$	749.654	-	749.654	706.062
Nota Promissória - 5ª Emissão (2)	2015	106,85 do CDI	R\$	-	-	-	1.483.984
Nota Promissória - 7ª Emissão (3)	2015	105,00 do CDI	R\$	-	-	-	1.311.205
Nota Promissória - 8ª Emissão (3)	2016	111,70% do CDI	R\$	1.745.114	-	1.745.114	-
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.913	76.943	84.856	88.668
BNDES	2026	TJLP+2,48	R\$	2.290	10.118	12.408	13.504
CEF	2018	119% DO CDI	R\$	42.514	158.333	200.847	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	-	-	-	252.189
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	52.995	158.243	211.238	-
FINEP	2018	Diversas	R\$	5.058	2.352	7.410	7.095
Consórcio Pipoca	2015	TJLP + 5 e TJLP + 2,5	R\$	3.169	7.053	10.222	12.095
BNDES – Cemig Telecom (4)	2015	IPCA	R\$	185	-	185	185
BNDES – Cemig Telecom (4)	2018	TJLP+3,32/ TJLP +2,62/ TJLP +172	R\$	-	-	-	24.294
Nota Promissória-1ª Emissão (4)	2015	110,40% do CDI	R\$	7.928	12.430	20.358	-
Nota Promissória-1ª Emissão (4)	2015	110,40% do CDI	R\$	21.291	-	21.291	19.824
Dívida em Moeda Nacional				4.078.290	1.684.767	5.763.057	5.944.033
Total de Empréstimos e Financiamento				4.083.048	1.723.077	5.806.125	5.983.370
Debêntures – 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	237.187	422.134	659.321	597.845
Debêntures – 1ª série – 3ª Emissão (2)	2017	CDI + 0,90	R\$	22.775	479.969	502.744	528.865
Debêntures - 2ª série – 2ª Emissão (2)	2015	IPCA + 7,68	R\$	-	-	-	554.158
Debêntures - 3ª série – 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20	R\$	18.212	840.032	858.244	833.042
Debêntures - 2ª série – 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00	R\$	5.260	250.774	256.034	248.272
Debêntures - 2ª Série - 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	21.361	1.292.864	1.314.225	1.266.168
Debêntures - 3ª Série - 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	13.879	771.272	785.151	757.938
Debêntures - 1ª Série - 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	19.303	410.539	429.842	451.904
Debêntures - 2ª série – 4ª Emissão (2)	2016	CDI+085	R\$	32.997	500.000	532.997	501.172
Debêntures - 1ª Série - 5ª Emissão (2)	2018	CDI+1,70	R\$	101.728	1.400.000	1.501.728	1.406.336
Debêntures (5)	2016	TJLP+3,12	R\$	49.235	16.351	65.586	89.771
Debêntures (5)	2015	CDI+0,62	R\$	100.533	-	100.533	100.028
Debêntures (5)	2018	CDI+0,74	R\$	33.387	66.667	100.054	99.663
Debêntures (5)	2022	TJLP+8,82 (55%) e Selic+1,82(45%)	R\$	7.537	116.853	124.390	90.206
Total de Debêntures				663.394	6.567.455	7.230.849	7.525.368
Total Geral Consolidado				4.746.442	8.290.532	13.036.974	13.508.738

(1) Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e de Desconto com saldo de 139.694 , deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de (111.337).

(2) Cemig Geração e Transmissão;

(3) Cemig Distribuição;

(4) Cemig Telecom;

(5) Gasmig;

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de junho de 2015, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
Nota Promissória, Aval e Fiança	10.620.279
Recebíveis	1.733.574
Sem Garantia	683.121
TOTAL	13.036.974

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	1.238	-	-	-	-	-	-	27.119	28.357
Euro	1.737	3.470	1.188	1.188	1.188	1.188	1.188	3.564	14.711
Total por Moedas	2.975	3.470	1.188	1.188	1.188	1.188	1.188	30.683	43.068
Indexadores									
IPCA (1)	296.310	210.647	210.625	124.964	552.058	703.925	717.115	1.057.516	3.873.160
UFIR/RGR (2)	26.529	49.710	40.201	35.362	23.562	20.465	5.685	9.724	211.238
CDI (3)	1.823.658	3.540.594	1.573.880	1.316.403	163.926	165.817	-	-	8.584.278
URTJ/TJLP (4)	36.134	75.727	34.879	32.050	29.046	29.046	26.798	54.140	317.820
IGP-DI (6)	2.632	746	746	746	385	-	-	-	5.255
TR (7)	1.669	-	389	97	-	-	-	-	2.155
Total por Indexadores	2.186.932	3.877.424	1.860.720	1.509.622	768.977	919.253	749.598	1.121.380	12.993.906
Total Geral	2.189.907	3.880.894	1.861.908	1.510.810	770.165	920.441	750.786	1.152.063	13.036.974

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
 (5) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);
 (6) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);
 (7) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	30/06/2015 (%)	30/06/2014 (%)	Indexador	30/06/2015 (%)	30/06/2014 (%)
Dólar Norte-Americano	16,81	(5,98)	IPCA	6,17	3,75
Euro	7,23	(6,56)	FINEL	0,85	0,49
			CDI	5,92	4,97

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.457.364
Empréstimos e Financiamentos obtidos	3.128.769
Variação monetária e cambial	177.600
Encargos financeiros provisionados	403.340
Encargos financeiros pagos	(550.807)
Amortização de financiamentos	(1.062.437)
Saldo em 30 de junho de 2014	11.553.829
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.508.738
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	3.097.192
Variação monetária e cambial	231.044
Encargos financeiros provisionados	720.556
Encargos financeiros pagos	(846.938)
Amortização de financiamentos	(3.673.618)
Saldo em 30 de junho de 2015	13.036.974

Encargos Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/06/2015	30/06/2014
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	720.556	403.340
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(70.160)	(34.929)
Efeito Líquido no Resultado	650.396	368.411

O valor do encargo capitalizado no montante de R\$70.160 foi excluído na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representar saída de caixa para aquisição do referido ativo.

A taxa média de capitalização dos empréstimos e financiamentos cujos custos foram transferidos para as obras foi de 7,55% no semestre.

Captações de Recursos

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2015 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Caixa Econômica Federal (D)	2018	119% do CDI	200.000
Banco do Brasil (D)	2020	111% do CDI	486.618
Banco do Brasil (D)	2017	114% do CDI	97.696
Nota Promissória 8ª emissão (D)	2016	111,70% do CDI	1.684.700
Banco do Brasil (GT)	2015	106,90% do CDI	593.706
Debêntures Privada BNDES (GASMIG)	2022	TJLP+2,82 e SELIC+1,82	34.472
Total de Captações			3.097.192

Em abril de 2015, a Cemig D concluiu a 8ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 340 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$5.000 na data de emissão, 01 de abril de 2015, totalizando R\$1.700.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas e compra de energia elétrica pela Cemig D. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 26 de março de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 111,70% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 8ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig D conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Vencimento	30/06/2015	31/12/2014
CEMIG GT 2ª Série – 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,68	2015	-	554.158
CEMIG GT 1ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,90	2017	502.744	528.865
CEMIG GT 3ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,20	2022	858.244	833.042
CEMIG GT 2ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,00	2019	256.034	248.272
CEMIG GT 4ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,85	2016	532.997	501.172
CEMIG GT 5ª Emissão	Quirografária	CDI*1,70	2018	1.501.728	1.406.336
CEMIG D - 1ª Série 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	2018	429.842	451.904
CEMIG D - 2ª Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	2021	1.314.225	1.266.168
CEMIG D - 3ª Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	2025	785.151	757.938
CEMIG D 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	2017	659.321	597.845
GASMIG	Quirografária	TJLP+3,12	2016	65.586	89.771
GASMIG	Quirografária	CDI+0,62	2015	100.533	100.028
GASMIG	Quirografária	CDI+0,74	2018	100.054	99.663
GASMIG	Quirografária	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	2022	124.390	90.206
TOTAL				7.230.849	7.525.368

Para as Debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atrelada a índices financeiros, apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro, auditadas por empresa de auditoria independente, registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM) conforme segue:

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
Patrimônio Líquido da Garantidora/Ativo Total da Garantidora (1)	Maior ou igual a 30,00%
Patrimônio Líquido/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais) (2)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
Dívida Líquida / EBITDA (2)	Menor ou igual a 4 vezes

(1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a controlada Cemig GT terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

(2) Caso não consiga atingir os índices requeridos, a Companhia deverá providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do BNDES sobre o não atingimento de algum dos índices constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Reserva Global de Reversão - RGR	46.166	47.628
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (1)	289.449	20.660
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.415	3.155
Eficiência Energética	140.120	138.449
Pesquisa e Desenvolvimento	123.420	98.789
Pesquisa Expansão Sistema Energético	4.280	4.250
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	8.390	8.229
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	4.226	4.118
Encargo de Capacidade Emergencial	30.997	31.010
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	285	-
	651.955	357.495
Passivo Circulante	479.507	105.558
Passivo Não Circulante	172.448	251.937

(1) O valor da quota da CDE para 2015 foi definido pela Resolução ANEEL 1.857/2015.

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	39.741	48.535	1.402	35.639	125.317
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	2.853	3.187	95	2.252	8.387
Contribuições Pagas	(2.601)	(2.033)	(60)	(232)	(4.926)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2014	39.993	49.689	1.437	37.659	128.778
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	39.335	63.185	1.986	38.577	143.083
Despesa reconhecida no resultado	3.557	3.921	125	2.347	9.950
Contribuições Pagas	(2.804)	(2.057)	(61)	(386)	(5.308)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2015	40.088	65.049	2.050	40.538	147.725
				30/06/2015	30/06/2014
Passivo Circulante				8.835	8.048
Passivo Não Circulante				138.890	120.730

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	807.739	1.011.719	28.677	600.593	2.448.728
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	57.991	65.749	1.868	38.341	163.949
Contribuições Pagas	(52.901)	(33.705)	(1.040)	(6.186)	(93.832)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2014	812.829	1.043.763	29.505	632.748	2.518.845
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	799.487	1.120.185	31.946	680.034	2.631.652
Despesa reconhecida no resultado	72.284	71.012	2.036	42.170	187.502
Contribuições Pagas	(56.967)	(35.405)	(1.056)	(5.986)	(99.414)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2015	814.804	1.155.792	32.926	716.218	2.719.740
				30/06/2015	30/06/2014
Passivo Circulante				160.591	146.466
Passivo Não Circulante				2.559.149	2.372.379

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

20. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2014
Trabalhistas	146.229	23.578	(12.451)	(8.255)	149.101
Cíveis					
Relações de Consumo	29.102	4.736	(5.020)	(4.569)	24.249
Outras ações cíveis	23.097	6.693	(5.452)	(3.229)	21.109
	52.199	11.429	(10.472)	(7.798)	45.358
Tributárias	26.027	8.522	(6)	(1.071)	33.472
Ambientais	1.179	27	(833)	-	373
Regulatórias	50.228	523	(22.513)	(130)	28.108
Outras	30.523	2.546	(2.052)	(411)	30.606
Total	306.385	46.625	(48.327)	(17.665)	287.018

	Consolidado				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2015
Trabalhistas	322.525	35.517	-	(12.931)	345.111
Cíveis					
Relações de Consumo	19.215	7.032	(2.081)	(6.478)	17.688
Outras ações cíveis	24.272	12.035	-	(5.574)	30.733
	43.487	19.067	(2.081)	(12.052)	48.421
Tributárias	73.059	4.979	(9.685)	(477)	67.876
Ambientais	1.215	5	(1.164)	(1)	55
Regulatórias	35.385	2.843	-	(217)	38.011
Societárias	239.445	13.639	-	-	253.084
Outras	39.859	1.814	(10.439)	(861)	30.373
Total	754.975	77.864	(23.369)	(26.539)	782.931

	Controladora				
	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2014
Trabalhistas	25.973	12.835	(9.211)	(4.233)	25.364
Cíveis					
Relações de Consumo	6.679	426	(2.465)	(321)	4.319
Outras ações cíveis	6.266	563	(5.452)	(563)	814
	12.945	989	(7.917)	(884)	5.133
Tributárias	7.356	961	(7)	(506)	7.804
Ambientais	276	21	-	-	297
Regulatórias	20.394	7	(2.954)	(6)	17.441
Outras	770	60	-	-	830
Total	67.714	14.873	(20.089)	(5.629)	56.869

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2015
Trabalhistas	31.688	5.360	-	(3.149)	33.899
Cíveis					
Relações de Consumo	3.250	558	(924)	(12)	2.872
Outras ações cíveis	171	1.886	-	(632)	1.425
	3.421	2.444	(924)	(644)	4.297
Tributárias	9.828	2.480	(2.652)	(547)	9.109
Ambientais	313	-	(313)	-	-
Regulatórias	23.065	2.876	-	(1)	25.940
Societárias	239.445	13.639	-	-	253.084
Outras	1.007	82	(149)	(4)	936
Total	308.767	26.881	(4.038)	(4.345)	327.265

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$918.978 (R\$793.611 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$345.111 foram provisionados (R\$322.525 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Dentre as questões descritas acima, a Companhia é parte em dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos seus empregados, que visa o estabelecimento de normas e condições de trabalho para reger os contratos de trabalho no período de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, cuja pauta de reivindicações trazia diversos assuntos, dentre eles a recomposição de perdas salariais, aumento real, piso salarial e reajuste das cláusulas econômicas. O valor envolvido nesta ação é de, aproximadamente, R\$134.276 (R\$127.411 em 31 de dezembro de 2014), que está devidamente registrado, tendo em vista a atual fase processual.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$30.260 (R\$30.241 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$17.688 (R\$19.215 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$174.509 (R\$174.621 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$30.733 (R\$24.272 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$244.907 (R\$266.157 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$67.876 foram provisionados (R\$73.059 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$24.559 (R\$20.416 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$55 foram provisionados (R\$1.215 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$165.424 (R\$154.312 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$38.011 (R\$35.385 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Societárias

Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa SELIC seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

Baseada na opinião de nossos assessores jurídicos, a probabilidade de perda foi avaliada como provável e o valor, aproximado, é de R\$253.084 (R\$239.445 em 31 de dezembro de 2014).

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$21.238 (R\$23.745 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$120.438 (R\$99.474 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$9.135 foram provisionados (R\$16.114 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$250.595 (R\$239.230 em 31 de dezembro de 2014), e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.285.572 (R\$1.220.930 em 31 de dezembro de 2014). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$651.437 (R\$654.926 em 31 de dezembro de 2014) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível. A Administração acredita ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado de R\$455.264 (R\$432.260 em 31 de dezembro de 2014), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e de premissas equivocadas utilizadas pela fiscalização no julgamento administrativo.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre rendimentos pagos em razão de ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, de 100,00% das participações detidas pela Enlighted na Luce LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$184.032 (R\$169.620 em 31 de dezembro de 2014), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$217.249 (203.010 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão e por ter apresentado teses com fundamentos consistentes.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R\$1.595.591 (R\$1.457.337 em 31 de dezembro de 2014), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$214.436 (R\$195.470 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira, a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$142.262 (R\$126.893 em 31 de dezembro de 2014). Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como possível.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$62.358 (R\$59.081 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$207.562 (R\$189.671 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$255.053 (R\$233.812 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R\$286.169 (R\$253.706 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos, o que ensejará prova pericial para corroborar tais argumentos, assim, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Itutinga, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras, Peti e Salto Grande, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração classificou a probabilidade de perda como possível, e o valor da contingência é de R\$90.221 (R\$76.844 em 31 de dezembro de 2014).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$35.042 (R\$23.864 em 31 de dezembro de 2014).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$349.289 (R\$327.530 em 31 de dezembro de 2014) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Quebra de Contrato

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$189.741 (R\$183.257 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$35.370 (R\$25.311 em 31 de dezembro de 2014).

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado, em 30 de junho de 2015, é de R\$42.869 (R\$39.325 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2015, o Capital Social da Companhia é de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

Lucro por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação, em cada período, é como segue:

Quantidade de ações	30/06/2015	30/06/2014	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946	838.076.946	838.076.946
	1.258.841.654	1.258.841.654	1.258.841.654	1.258.841.654
Ações em Tesouraria	(560.718)	(560.718)	(560.718)	(560.718)
Total	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936
Resultado do Período	2.018.614	1.990.963	534.264	740.874
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	1,60	1,58	4,42	0,59

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Constituição de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos

Em 30 de abril de 2015, a Assembleia Geral Ordinária deliberou, após a avaliação da manifestação do Conselho de Administração e do parecer emitido pelo Conselho Fiscal da Companhia, e em conformidade com os requerimentos dos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, pela manutenção no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, do valor de R\$797.316, para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Ainda, em atendimento ao parágrafo 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração arquivou na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), no dia 5 de maio de 2015, Aviso aos Acionistas, no qual explicou os motivos pelos quais sugeriu à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento dos dividendos previstos no Estatuto Social, de 50% do lucro do exercício, não seriam compatíveis com a atual situação financeira da Companhia. Isto ocorre em função, principalmente, do baixo nível dos reservatórios de energia elétrica e de um menor crescimento da atividade econômica para 2015, que aliado aos expressivos reajustes tarifários, poderia elevar os níveis de inadimplência da Companhia. Esses fatores, de forma isolada ou combinada, poderiam impactar o caixa da Companhia em função do aumento das despesas ou redução de receitas. As situações apresentadas poderiam, também, comprometer a liquidez, aumentar o custo de captação de recursos e o nível de endividamento. Dessa forma, a Administração comunicou na sua proposta entender ser mais prudente, no momento da Assembleia Geral Ordinária, a não destinação de parcela do dividendo obrigatório previsto para pagamento no exercício de 2015, até que possa ser feita uma melhor análise do cenário macroeconômico e para o setor elétrico e os seus impactos no fluxo de caixa da Companhia.

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(14.223)	(14.223)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	740.011	779.739
Ajustes de Conversão de Balanço	38.417	26.706
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(324.300)	(324.300)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	291	410
	<u>454.419</u>	<u>482.555</u>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	<u>440.196</u>	<u>468.332</u>

22. RECEITA

	Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	10.957.746	8.293.188
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	730.882	414.021
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	762.497	-
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão	126.503	95.785
Receita de Indenização da Transmissão	54.872	63.315
Receita de Construção de Transmissão (d)	56.258	37.092
Receita de Construção de Distribuição (d)	443.405	324.149
Transações com energia na CCEE (e)	1.712.090	2.267.284
Fornecimento de Gás (*)	850.720	-
Outras Receitas Operacionais (f)	691.008	650.343
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (g)	(5.144.222)	(2.733.741)
Receita Operacional Líquida	<u>11.241.759</u>	<u>9.411.436</u>

	Consolidado	
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	5.818.505	4.268.519
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	520.785	218.093
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	212.227	-
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão	63.705	48.623
Receita de Indenização da Transmissão	54.872	63.315
Receita de Construção de Transmissão (d)	25.325	23.543
Receita de Construção de Distribuição (d)	240.765	188.628
Transações com energia na CCEE (e)	701.158	940.377
Fornecimento de Gás (*)	425.217	-
Outras Receitas Operacionais (f)	381.722	351.059
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (g)	(3.051.801)	(1.400.730)
Receita Operacional Líquida	5.392.480	4.701.427

(*) Receita decorrente da Gasmig que passou a ser consolidada a partir de outubro de 2014.

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
Residencial	4.949.413	5.027.320	3.396.315	2.508.267
Industrial	11.588.756	12.635.868	2.773.044	2.470.188
Comércio, Serviços e Outros	3.260.567	3.238.566	1.867.090	1.348.922
Rural	1.544.410	1.588.699	596.703	413.196
Poder Público	441.322	444.934	249.062	181.219
Iluminação Pública	660.596	643.068	239.972	168.190
Serviço Público	596.686	607.903	246.266	171.445
Subtotal	23.041.750	24.186.358	9.368.452	7.261.427
Consumo Próprio	18.914	19.055	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	201.267	112.545
	23.060.664	24.205.413	9.569.719	7.373.972
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	6.918.908	7.108.010	1.475.371	988.676
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	(87.344)	(69.460)
Total	29.979.572	31.313.423	10.957.746	8.293.188

	MWh (1)		R\$	
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014 Reclassificado
Residencial	2.386.270	2.459.539	1.849.553	1.291.127
Industrial	5.771.862	6.525.802	1.487.893	1.289.360
Comércio, Serviços e Outros	1.563.963	1.576.085	1.020.258	694.834
Rural	749.687	844.996	342.554	227.378
Poder Público	223.734	224.262	143.258	96.920
Iluminação Pública	329.545	313.329	139.821	87.538
Serviço Público	280.302	288.676	137.440	87.271
Subtotal	11.305.363	12.232.689	5.120.777	3.774.428
Consumo Próprio	9.095	9.286	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	157.212	53.399
	11.314.458	12.241.975	5.277.989	3.827.827
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	2.883.357	3.244.840	628.072	473.159
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	(87.556)	(32.467)
Total	14.197.815	15.486.815	5.818.505	4.268.519

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

As receitas decorrentes das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros passaram a ser reconhecidas a partir dos aditamentos dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, realizados em 10 de dezembro de 2014. Os montantes reconhecidos decorrem de saldos constituídos no último reajuste tarifário e ainda não amortizados, bem como das constituições realizadas no período corrente a serem homologadas no próximo reajuste tarifário. Mais informações na nota explicativa nº 11.

d) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos das concessões de transmissão e distribuição. Em determinados projetos, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação.

e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

f) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
Serviço Taxado	8.801	4.329
Serviço de Telecomunicações	66.268	66.345
Prestações de Serviços	59.694	57.995
Subvenções (*)	459.159	385.268
Aluguel e Arrendamento	46.513	39.449
Outras	50.573	96.957
	691.008	650.343

	Consolidado	
	01/04/2015	01/04/2014
	a	a
	30/06/2015	30/06/2014
Serviço Taxado	4.674	2.559
Serviço de Telecomunicações	31.964	34.057
Prestações de Serviços	29.863	30.035
Subvenções (*)	264.001	200.727
Aluguel e Arrendamento	25.469	19.932
Outras	25.751	63.749
	381.722	351.059

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

g) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	2.104.461	1.513.783
COFINS	1.047.848	751.751
PIS-PASEP	227.470	163.177
Outros	2.955	2.746
	3.382.734	2.431.457
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	17.110	21.729
Programa de Eficiência Energética – PEE	28.293	21.256
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (1)	1.156.695	96.552
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	28.938	26.617
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	28.882	26.481
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	14.525	13.295
Encargos do Consumidor - PROINFA	12.699	14.915
Adicional 0,30% Lei 12.111/09 (Recuperação de despesas) (2)	-	(5.655)
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	19.636	17.470
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	54.817	69.624
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias (3)	399.893	-
	1.761.488	302.284
	5.144.222	2.733.741

	Consolidado	
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014 Reclassificado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.155.744	783.147
COFINS	513.785	379.749
PIS-PASEP	111.616	82.432
Outros	1.488	1.438
	1.782.633	1.246.766
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	8.535	10.630
Programa de Eficiência Energética – PEE	13.909	12.298
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (1)	858.556	54.420
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	13.470	13.104
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	13.445	13.102
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	6.761	6.551
Encargos do Consumidor - PROINFA	6.371	7.528
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	10.158	7.842
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	25.192	28.489
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias (3)	312.771	-
	1.269.168	153.964
	3.051.801	1.400.730

(1) O valor da quota da CDE para 2015 foi definido pela Resolução ANEEL 1.857/2015.

(2) Ressarcimento reconhecido pela Companhia no primeiro trimestre de 2014, conforme Ofício 782/2013 autorizado pela ANEEL, em função de recolhimento excedente.

(3) O Decreto nº 8.401/2015 dispôs sobre a criação da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras (CCRBT), a Resolução Normativa da Aneel nº 649/2015 aprovou os procedimentos de regulação tarifária do sistema de Bandeiras Tarifárias e o Ofício Circular nº 185/2015 da SFF/ANEEL definiu os procedimentos contábeis para registro das receitas adicionais de Bandeiras Tarifárias.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado	30/06/2015	30/06/2014
Pessoal (a)	669.147	599.885	21.402	19.787
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	145.216	136.409	4.388	7.756
Obrigações Pós-Emprego	115.218	105.958	6.393	5.534
Materiais	31.327	31.625	145	58
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	74.971	125.633	-	-
Serviços de Terceiros (b)	412.953	392.788	4.196	8.372
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	4.733.681	3.497.982	-	-
Depreciação e Amortização	428.708	384.524	241	254
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	273.005	46.823	137.025	(5.216)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	492.643	334.226	-	-
Gás Comprado para Revenda (*)	523.922	-	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	499.663	361.241	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	289.188	242.048	9.540	11.777
	8.689.642	6.259.142	183.330	48.322

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014 Reclassificado	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014
Pessoal (a)	332.709	305.104	8.215	7.369
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	64.243	78.602	138	2.907
Obrigações Pós-Emprego	57.609	52.979	3.197	2.767
Materiais	17.445	16.552	55	31
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia (recuperação de despesas)	(2.547)	88.143	-	-
Serviços de Terceiros (b)	214.124	203.348	2.354	6.132
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.312.277	1.869.266	-	-
Depreciação e Amortização	181.587	202.491	125	131
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	229.841	42.040	129.037	5.769
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	251.254	164.684	-	-
Gás Comprado para Revenda (*)	261.914	-	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	266.090	212.171	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	160.967	116.879	5.595	4.025
	4.347.513	3.352.259	148.716	29.131

(*) Custo decorrente da Gasmig que passou a ser consolidada a partir de outubro de 2014.

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Remunerações e Encargos	589.944	530.776	22.026	23.203
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	39.039	37.054	2.148	2.352
Benefícios Assistenciais	68.752	66.160	1.351	1.618
	697.735	633.990	25.525	27.173
Provisão de Programa de Desligamento Voluntário de Empregados	1.585	(363)	(10)	(21)
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(30.173)	(33.742)	(4.113)	(7.365)
	(28.588)	(34.105)	(4.123)	(7.386)
	669.147	599.885	21.402	19.787

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2015	01/04/2014	01/04/2015	01/04/2014
	a	a	a	a
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Remunerações e Encargos	294.307	269.986	7.966	6.948
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	20.033	19.508	1.104	1.160
Benefícios Assistenciais	34.117	32.522	696	728
	348.457	322.016	9.766	8.836
Provisão de Programa de Desligamento Voluntário de Empregados	171	(431)	13	(21)
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(15.919)	(16.481)	(1.564)	(1.446)
	(15.748)	(16.912)	(1.551)	(1.467)
	332.709	305.104	8.215	7.369

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado	30/06/2015	30/06/2014
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	58.876	56.925	-	-
Comunicação	29.730	28.733	190	373
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	108.626	110.105	44	35
Conservação e Limpeza de Prédios	45.028	41.440	148	60
Mão de Obra Contratada	1.831	4.026	4	-
Fretes e Passagens	4.599	5.186	1.034	1.266
Hospedagem e Alimentação	8.535	8.129	127	278
Vigilância	12.506	11.917	-	-
Consultoria	5.417	6.378	601	1.255
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	11.513	17.633	69	126
Manutenção e Conservação de Veículos	5.574	6.145	9	27
Corte e Religação	15.932	7.137	-	-
Meio Ambiente	12.027	12.151	-	-
Serviços Advocatícios	12.771	15.102	1.022	3.851
Custas Processuais	1.010	1.170	25	35
Poda de Árvores	11.639	9.857	-	-
Limpeza de Faixa	14.743	12.587	-	-
Repografia e Publicações Legais	6.480	3.133	95	190
Inspeção de Unidades Consumidoras	2.091	2.197	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	2.428	2.673	-	-
Manutenção de Aeronaves	145	240	-	-
Outras Despesas	41.452	29.924	828	876
	412.953	392.788	4.196	8.372

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014 Reclassificado	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	29.436	27.981	-	-
Comunicação	18.999	14.355	109	197
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	50.236	54.497	21	15
Conservação e Limpeza de Prédios	23.694	20.647	92	27
Mão de Obra Contratada	975	1.526	-	-
Fretes e Passagens	2.719	3.204	752	766
Hospedagem e Alimentação	4.344	4.465	79	210
Vigilância	6.136	6.923	-	-
Consultoria (recuperação de despesas)	2.737	(535)	274	824
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	8.125	14.557	53	125
Manutenção e Conservação de Veículos	2.936	3.392	5	7
Corte e Religação	8.249	4.528	-	-
Meio Ambiente	4.717	6.259	-	-
Serviços Advocatícios	6.117	8.303	348	3.287
Custas Processuais	636	631	13	25
Poda de Árvores	6.691	5.924	-	-
Limpeza de Faixa	9.218	6.126	-	-
Repografia e Publicações Legais	3.508	2.076	44	172
Inspeção de Unidades Consumidoras	1.099	1.151	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	1.251	1.312	-	-
Manutenção de Aeronaves	99	88	-	-
Outras Despesas	22.202	15.938	564	477
	214.124	203.348	2.354	6.132

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
Energia de Itaipu Binacional	770.844	402.654
Contratos por Cotas de Garantia Física	113.484	110.208
Cotas das Usinas de Angra I e II	99.079	88.814
Energia de curto prazo	467.403	896.730
PROINFA	123.009	131.608
Contratos Bilaterais	165.669	175.776
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	2.085.475	1.216.615
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.318.089	798.202
Créditos de PASEP-COFINS	(409.371)	(322.625)
	4.733.681	3.497.982

	Consolidado	
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014
	Energia de Itaipu Binacional	401.174
Contratos por Cotas de Garantia Física	55.934	55.984
Cotas das Usinas de Angra I e II	50.121	44.407
Energia de curto prazo	191.014	521.718
PROINFA	61.504	65.804
Contratos Bilaterais	83.083	95.707
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	967.811	637.694
Energia adquirida no Ambiente Livre	689.518	423.331
Créditos de PASEP-COFINS	(187.882)	(173.393)
	2.312.277	1.869.266

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	58.077	48.525	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	35.517	11.127	5.360	3.624
Cíveis	16.986	957	1.520	(6.928)
Tributárias	(4.706)	8.516	(172)	954
Ambientais	(1.159)	(806)	(313)	21
Regulatórias	2.843	(21.990)	2.876	(2.947)
Societárias	13.639	-	13.639	-
Outras	(8.625)	494	(67)	60
	54.495	(1.702)	22.843	(5.216)
	112.572	46.823	22.843	(5.216)
Provisão para Perdas em Investimentos				
Opção de venda Parati (Nota 12)	114.182	-	114.182	-
Opção de venda SAAG (Nota 12)	46.251	-	-	-
	160.433	-	114.182	-
	273.005	46.823	137.025	(5.216)

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014
	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	30.973	21.217	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	19.369	20.143	3.664	9.842
Cíveis	6.564	(2.720)	1.741	(6.242)
Tributárias	2.048	996	1.289	370
Ambientais	2	13	-	11
Regulatórias	(73)	2.133	1.147	1.757
Societárias	13.639	-	13.639	-
Outras	(3.114)	258	(6.625)	31
	38.435	20.823	14.855	5.769
	69.408	42.040	14.855	5.769
Provisão para Perdas em Investimentos				
Opção de venda Parati (Nota 12)	114.182	-	114.182	-
Opção de venda SAAG (Nota 12)	46.251	-	-	-
	160.433	-	114.182	-
	229.841	42.040	129.037	5.769

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
Pessoal e Administradores	28.208	24.667
Materiais	203.950	152.761
Serviços de Terceiros	190.423	155.831
Outros	77.082	27.982
	499.663	361.241

	Consolidado	
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014
Pessoal e Administradores	17.373	14.107
Materiais	91.132	102.588
Serviços de Terceiros	108.982	83.816
Outros	48.603	11.660
	266.090	212.171

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado	30/06/2015	30/06/2014
Arrendamentos e Aluguéis	53.429	53.607	394	131
Propaganda e Publicidade	2.146	8.545	344	1.216
Consumo Próprio de Energia Elétrica	9.338	7.855	-	-
Subvenções e Doações	8.423	11.337	-	-
Concessão Onerosa	5.605	11.647	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	58.808	55.773	260	166
Seguros	4.444	4.607	1.889	1.519
Anuidade CCEE	4.157	3.527	1	1
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	45.505	32.596	-	32
FORLUZ – Custeio Administrativo	11.625	11.122	667	546
Agentes Arrecadadores	34.358	31.900	-	-
Outras Despesas	51.350	9.532	5.985	8.166
	289.188	242.048	9.540	11.777

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014 Reclassificado	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014
Arrendamentos e Aluguéis	25.571	26.235	336	(53)
Propaganda e Publicidade	720	6.975	342	364
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.468	3.932	-	-
Subvenções e Doações	5.024	8.354	-	-
Concessão Onerosa	1.388	6.390	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	31.768	28.845	59	78
Seguros	2.128	2.173	946	810
Anuidade CCEE	2.086	1.783	-	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	27.399	5.190	-	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	6.105	5.552	396	272
Agentes Arrecadores	16.874	15.932	-	46
Outras Despesas	36.436	5.518	3.516	2.508
	160.967	116.879	5.595	4.025

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado	30/06/2015	30/06/2014
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	92.701	157.585	8.448	28.175
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	96.840	86.815	-	-
Variações Cambiais	24.398	17.230	15	-
Variação Monetária	9.482	12.182	1.407	510
Variação Monetária e Cambial - CVA	76.629	-	-	-
Atualização Ativo Financeiro - BRR	193.673	(1.327)	-	-
Multas Contratuais	12.675	-	33	-
Ajuste ao Valor Presente	1.205	992	-	-
Outras	17.252	18.869	3.519	3.324
	524.855	292.346	13.422	32.009
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(609.549)	(371.882)	-	-
Variações Cambiais	(72.237)	(5.262)	(1)	(8)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(226.356)	(184.836)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(7.074)	(11.553)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(72.284)	(57.991)	(3.557)	(2.853)
Outras	(62.386)	(23.271)	(140)	(392)
	(1.049.886)	(654.795)	(3.698)	(3.253)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(525.031)	(362.449)	9.724	28.756

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014 Reclassificado	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	53.704	85.525	5.471	17.026
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	50.329	42.636	-	-
Variações Cambiais	4.863	12.530	1	-
Variação Monetária	4.916	4.127	147	123
Variação Monetária e Cambial - CVA	2.655	-	-	-
Atualização Ativo Financeiro	102.120	(112.593)	-	-
Multas Contratuais	9.299	-	-	-
Ajuste ao Valor Presente	44	(3.985)	-	-
Outras	6.623	11.183	1.849	1.690
	234.553	39.423	7.468	18.839
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(317.036)	(201.145)	-	-
Variações Cambiais	(10.691)	(1.728)	(1)	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(91.139)	(68.615)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(1.085)	244	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(34.469)	(28.607)	(1.696)	(1.407)
Outras	(31.714)	(13.132)	(19)	(31)
	(486.134)	(312.983)	(1.716)	(1.438)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(251.581)	(273.560)	5.752	17.401

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	19.672	2.577	-	-	67.541	50.034	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	1.254	1.187	-	-	(405)	(305)
Debêntures (2)	-	-	-	-	-	-	-	(3.601)
Não Circulante								
Depósito Administrativo – AFAC (3)	-	-	253.084	239.445	-	-	(13.639)	-
Financiamentos – BDMG	-	-	7.728	12.610	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	5.822	-	-	-	(20.754)	-
Aliança Norte								
Circulante								
Aportes para Aumento do Capital Social	-	-	22.378	-	-	-	-	-
Amazônia Energia								
Circulante								
Aportes para Aumento do Capital Social	-	-	36.393	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	1.046	489	-	-	(2.195)	(2.929)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	10.329	20.183	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	515	230	153	153	9.927	5.395	-	(2.249)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	41.028	41.099	-	-	-	-	-	-
Light Ger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	-	-	-	-	(6.198)	(5.855)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	2.707	2.220	-	-	(38.029)	(3.277)
Adiantamento de entrega futura de energia	74.677	-	-	-	-	-	-	-
Parati								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	8.586	8.038	-	-	-	-	-	-
Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	501	-	-	-	(1.705)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.272	-	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	4.134	4.126	-	-	(20.310)	(14.316)
Transirapé								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	183	160	-	-	(944)	(708)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	678	107	-	-	-	-	-	-
Transleste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	108	109	-	-	(350)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.626	-	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Transudeste								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	516	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (5)	-	-	70.907	64.874	-	-	(72.283)	(57.991)
Despesa com pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(39.039)	(37.054)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(11.625)	(11.121)
Arrendamento Operacional (8)	-	-	1.544	1.434	-	-	(9.044)	(8.543)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (5)	-	-	743.900	734.614	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	77.066	74.497	-	-	(73.049)	(67.618)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	1.111.653	1.077.634	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. Em 30 de dezembro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão, realizou a aquisição facultativa da totalidade das debêntures subscritas pelo Estado de Minas Gerais, emitidas para a construção e implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Irapé.
- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais (vide Nota Explicativa nº 20);
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide Nota Explicativa nº 19) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 23) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel do edifício sede;
- Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 19).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 6, 15 e 22.

Aportes para Aumento do Capital Social da Amazônia Energia e da Aliança Norte

A Companhia realizou aportes nas controladas em conjunto Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia Participações S.A. para a aquisição de participação na Norte Energia S.A. (“NESA”). Mais informações estão disponíveis na Nota Explicativa nº 12.

Adiantamento de entrega futura de energia elétrica à Santo Antônio Energia S.A. (SAESA)

A Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT) realizou, em 06 de fevereiro de 2015, adiantamento de entrega futura de energia elétrica no montante de R\$74.667, conforme Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 130% do CDI e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA em função do suprimento de energia.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas Informações Contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	30/06/2015	Vencimento
Light / Norte Energia S.A.	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia S.A.	Coligada	Fiança	Financiamento	2.400.869	2042
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.905.214	2034
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	618.506	2037
Guanhães	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	121.373	2015
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	9.594	2023
				5.739.171	

Em 30 de junho de 2015, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo – FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de junho de 2015, proporcional a participação detida pelas empresas no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação do grupo Cemig no fundo de investimento, em 30 de junho de 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig 8,15%	Cemig GT 9,31%	Cemig D 6,29%	Demais controladas 12,81% *	Total
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	859	981	663	1.351	3.854
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	4.312	4.926	3.329	6.782	19.349
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	819	936	632	1.288	3.675
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	1.867	2.133	1.441	2.936	8.377
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.333	2.666	1.802	3.670	10.471
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	824	941	636	1.296	3.697
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	463	529	358	729	2.079
Cemig Telecom	Nota de Crédito	110,40% do CDI	14/12/2015	435	498	336	685	1.954
				11.912	13.610	9.197	18.737	53.456

(*) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente registrados e custeados pela controladora e estão demonstrados na tabela abaixo.

	30/06/2015	30/06/2014
Remuneração	6.551	4.533
Participação nos Resultados	568	1.288
Benefícios Pós Emprego	383	476
Benefícios Assistenciais	159	78
Total	7.661	6.375

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura e a Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar, fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e opções de venda, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Depósitos Vinculados a Litígios e Ativos Financeiros da concessão não abrangidos pela Lei 12.783/13. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários e Opções de Venda. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de distribuição abrangidos pela Lei 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós-emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 1,70%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,96%, CDI + 0,69% a 1,70%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.
- Passivos financeiros referentes a opções de venda: São mensurados pelo valor justo mediante a utilização do fluxo de caixa descontado. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, ambos trazidos a valor presente na data destas informações contábeis intermediárias.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/06/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Bancos	97.605	97.605	88.767	88.767
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	659.410	659.410	798.376	798.376
Créditos com Consumidores e Revendedores	3.391.260	3.391.260	2.344.578	2.344.578
Concessionários – Transporte de Energia	283.165	283.165	253.743	253.743
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Transmissão	1.378.914	1.378.914	1.272.986	1.272.986
Reembolso Subsídios Tarifários e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	461.439	461.439	344.896	344.896
Depósitos Vinculados a Litígios	1.557.122	1.557.122	1.534.805	1.534.805
Ativo Financeiro de Distribuição - CVA e Outros Componentes Financeiros	1.138.878	1.138.878	1.106.675	1.106.675
Fundos Vinculados	54	54	1.110	1.110
	8.967.847	8.967.847	7.745.936	7.745.936
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	6.531.117	6.531.117	5.943.682	5.943.682
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	73.763	73.659	110.629	109.621
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	452.774	452.774	900.643	900.643
Passivos financeiros:				
Valor justo por meio do resultado:				
Opções de venda	355.263	355.263	194.829	194.829
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.464.063	1.464.063	1.603.716	1.603.716
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13.036.974	12.605.327	13.508.738	13.240.742
Concessões a Pagar	20.955	21.368	178.537	223.220
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	814.804	814.804	799.487	799.487
	15.336.796	14.905.562	16.090.478	15.867.165

Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2015		31/12/2014	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	9.140	28.357	9.244	24.555
Fornecedores (Itaipu Binacional)	87.127	275.043	57.433	148.864
	96.267	303.400	66.677	173.419
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 17)	4.251	14.711	4.581	14.782
Passivo Líquido Exposto		318.111		188.201

(*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2016 será uma valorização de 2,30% para o dólar (R\$3,174) e uma desvalorização de 0,21% para o Euro (R\$3,453). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2015	Cenário	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	28.357	29.006	36.258	43.509
Fornecedores (Itaipu Binacional)	275.043	281.336	351.670	422.004
	303.400	310.342	387.928	465.513
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	14.711	14.680	18.350	22.020
Passivo Líquido Exposto	318.111	325.022	406.278	487.533
Efeito Líquido da Variação Cambial		6.911	88.167	169.422

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$57.074 (R\$48.717, em 31 de dezembro de 2014).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (Nota 4)	659.410	798.376
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	526.537	1.011.272
Fundos Vinculados	54	1.110
Ativo financeiro da Distribuição - CVA * (nota 11)	1.138.878	1.106.675
	<u>2.324.879</u>	<u>2.917.433</u>
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 17)	(8.584.278)	(8.633.982)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 17)	(317.820)	(318.537)
	<u>(8.902.098)</u>	<u>(8.952.519)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(6.577.219)</u>	<u>(6.035.086)</u>

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2016, as taxas SELIC e TJLP serão de 14,00% e 6,75%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/06/2015	30 de junho de 2016		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 14,00% TJLP 6,75%	Cenário II SELIC 17,50% TJLP 8,44%	Cenário III SELIC 21,00% TJLP 10,13%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (Nota 4)	659.410	751.727	774.807	797.885
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	526.537	600.252	618.680	637.110
Fundos Vinculados	54	62	63	65
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	1.138.878	1.298.321	1.338.182	1.378.042
	2.324.879	2.650.362	2.731.732	2.813.102
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 17)	(8.584.278)	(9.786.077)	(10.086.527)	(10.386.976)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 17)	(317.820)	(339.273)	(344.644)	(350.015)
	(8.902.098)	(10.125.350)	(10.431.171)	(10.736.991)
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	(6.577.219)	(7.474.988)	(7.699.439)	(7.923.889)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(897.769)	(1.122.220)	(1.346.670)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes superiores às obrigações em 30 de junho de 2015, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/06/2015	31/12/2014
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 11)*	5.618.266	5.369.722
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(3.873.160)	(4.257.601)
Ativo Líquido Exposto	1.745.106	1.112.121

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25/03/2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2016, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,33% e 4,41%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2015	30 de junho de 2016		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 5,33% IGP-M 4,41%	Cenário II IPCA 6,66% IGP-M 5,51%	Cenário III IPCA 8,00% IGP-M 6,62%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 11)	5.618.266	5.866.032	5.927.832	5.990.195
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(3.873.160)	(4.079.599)	(4.131.112)	(4.183.013)
Ativo Líquido Exposto	1.745.106	1.786.433	1.796.720	1.807.182
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		41.327	51.614	62.076

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	615.360	833.347	3.157.511	9.343.367	3.261.179	17.210.764
Concessões a pagar	451	642	1.681	8.768	14.027	25.569
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	9.680	29.474	46.811	575.674	647.384	1.309.023
	<u>625.491</u>	<u>863.463</u>	<u>3.206.003</u>	<u>9.927.809</u>	<u>3.922.590</u>	<u>18.545.356</u>
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.315.547	148.516	-	-	-	1.464.063
	<u>1.941.038</u>	<u>1.011.979</u>	<u>3.206.003</u>	<u>9.927.809</u>	<u>3.922.590</u>	<u>20.009.419</u>

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	476	1.450	3.980	26.647	31.851	64.404
- Pré-fixadas						
Fornecedores	4.729	-	-	-	-	4.729
	<u>5.205</u>	<u>1.450</u>	<u>3.980</u>	<u>26.647</u>	<u>31.851</u>	<u>69.133</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída em 30 de junho de 2015, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$664.654.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Holding administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

As controladas Cemig GT e CEMIG D possuem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenant”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento pela garantidora, CEMIG, de índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro da garantidora. O não atendimento destas cláusulas, verificadas anualmente no final do exercício, obrigam a devedora a constituir garantias adicionais, sob pena de ensejar a aceleração do vencimento da dívida.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 30 de junho de 2015 é apresentada a seguir:

	30/06/2015	31/12/2014
Total do Passivo	23.000.880	23.715.051
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(757.015)	(887.143)
(-) Fundos Vinculados	(54)	(1.110)
Passivo Líquido	22.243.811	22.826.798
Total do Patrimônio Líquido	14.112.416	11.284.952
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,58	2,02

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30/06/2015	Valor justo em 30 de junho de 2015		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	74.916	-	74.916	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	92.705	92.705	-	-
Letras Financeiras - Bancos	212.168	-	212.168	-
Debêntures	66.569	-	66.569	-
Outros	6.416	-	6.416	-
	452.774	92.705	360.069	-
Fundos Vinculados	54	-	54	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	6.531.117	-	-	6.531.117
	6.983.945	92.705	360.123	6.531.117
Passivos				
Opções de venda	(355.263)	-	-	(355.263)
	6.628.682	92.705	360.123	6.175.854

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 11 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções da Light e SAAG, utilizando-se das informações mais atualizadas referentes ao plano de negócios das Companhias. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias. A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

28. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2015								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	12.291.223	3.823.976	16.889.074	331.997	2.406.602	1.509.611	(139.187)	37.113.296
ADIÇÕES AO SEGMENTO	973.263	56.258	443.405	25.352	22.535	-	-	1.520.813
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.691.235	2.415.948	1.206.623	-	-	378.995	-	9.692.801
RECEITA LÍQUIDA	4.288.463	243.196	6.104.659	61.202	681.325	44.277	(181.363)	11.241.759
CUSTOS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.267.840)	-	(3.578.613)	-	-	(30)	112.802	(4.733.681)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(145.579)	(130)	(399.779)	-	-	-	52.845	(492.643)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(523.922)	-	-	(523.922)
Total dos Custos Operacionais	(1.413.419)	(130)	(3.978.392)	-	(523.922)	(30)	165.647	(5.750.246)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(101.664)	(60.751)	(462.450)	(7.094)	(11.977)	(25.211)	-	(669.147)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(29.827)	(8.322)	(101.732)	(946)	-	(4.389)	-	(145.216)
Obrigações Pós-Emprego	(17.138)	(8.139)	(83.548)	-	-	(6.393)	-	(115.218)
Materiais	(80.913)	(2.137)	(22.310)	(38)	(739)	(161)	-	(106.298)
Serviços de Terceiros	(56.547)	(15.479)	(333.383)	(13.356)	(2.664)	(5.253)	13.729	(412.953)
Depreciação e Amortização	(154.280)	-	(224.462)	(18.088)	(26.003)	(5.875)	-	(428.708)
Provisões (Reversões) Operacionais	(43.006)	1.132	(93.465)	(641)	-	(137.025)	-	(273.005)
Custos de Construção	-	(56.258)	(443.405)	-	-	-	-	(499.663)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(24.921)	(6.598)	(219.896)	(9.776)	(13.389)	(16.595)	1.987	(289.188)
Total do Custo de Operação	(508.296)	(156.552)	(1.984.651)	(49.939)	(54.772)	(200.902)	15.716	(2.939.396)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.921.715)	(156.682)	(5.963.043)	(49.939)	(578.694)	(200.932)	181.363	(8.689.642)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	2.366.748	86.514	141.616	11.263	102.631	(156.655)	-	2.552.117
Resultado de Equivalência Patrimonial	(101.930)	204.369	7.387	(14.565)	-	549	-	95.810
Resultado com Reorganização Societária	734.530	-	-	-	-	-	-	734.530
Receitas Financeiras	54.535	15.690	421.772	1.794	13.756	17.308	-	524.855
Despesas Financeiras	(385.694)	(94.805)	(538.234)	(2.880)	(24.482)	(3.791)	-	(1.049.886)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	2.668.189	211.768	32.541	(4.388)	91.905	(142.589)	-	2.857.426
Imposto de Renda e Contribuição Social	(839.399)	(3.095)	(19.968)	(3.349)	(27.524)	54.800	-	(838.535)
RESULTADO	1.828.790	208.673	12.573	(7.737)	64.381	(87.789)	-	2.018.891
Participação dos acionistas controladores	1.828.790	208.673	12.573	(7.737)	64.104	(87.789)	-	2.018.614
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	277	-	-	277
	1.828.790	208.673	12.573	(7.737)	64.381	(87.789)	-	2.018.891

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2014 - RECLASSIFICADA

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	13.186.700	2.277.926	14.344.690	331.302	553.656	2.545.048	(504.074)	32.735.248
ADIÇÕES AO SEGMENTO	2.143.579	40.412	324.149	27.896	-	137.166	-	2.673.202
RECEITA LÍQUIDA	4.434.071	197.006	4.832.177	57.411		44.553	(153.782)	9.411.436
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(812.030)	-	(2.761.716)	-	-	-	75.764	(3.497.982)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(135.058)	(139)	(258.837)	-	-	-	59.808	(334.226)
Total dos Custos Operacionais com Energia Elétrica	(947.088)	(139)	(3.020.553)	-	-	-	135.572	(3.832.208)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(98.465)	(50.366)	(422.119)	(6.417)	-	(22.518)	-	(599.885)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(21.102)	(9.154)	(97.679)	(717)	-	(7.757)	-	(136.409)
Obrigações Pós-Emprego	(16.778)	(7.300)	(76.346)	-	-	(5.534)	-	(105.958)
Materiais	(130.849)	(2.051)	(24.247)	(38)	-	(73)	-	(157.258)
Serviços de Terceiros	(63.873)	(16.934)	(309.986)	(10.894)	-	(8.780)	17.679	(392.788)
Depreciação e Amortização	(153.438)	-	(210.387)	(17.679)	-	(3.020)	-	(384.524)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais	(5.760)	(2.515)	(43.752)	(12)	-	5.216	-	(46.823)
Custos de Construção	-	(37.092)	(324.149)	-	-	-	-	(361.241)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(21.783)	(10.317)	(185.166)	(10.467)	-	(14.846)	531	(242.048)
Total do Custo de Operação	(512.048)	(135.729)	(1.693.831)	(46.224)	-	(57.312)	18.210	(2.426.934)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.459.136)	(135.868)	(4.714.384)	(46.224)	-	(57.312)	153.782	(6.259.142)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	2.974.935	61.138	117.793	11.187	-	(12.759)	-	3.152.294
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.917)	85.609	26.762	(12.691)	31.495	11.689	-	135.947
Receitas Financeiras	68.118	25.043	160.849	2.798	-	35.538	-	292.346
Despesas Financeiras	(159.512)	(121.878)	(368.429)	(1.571)	-	(3.405)	-	(654.795)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	2.876.624	49.912	(63.025)	(277)	31.495	31.063	-	2.925.792
Imposto de Renda e Contribuição Social	(968.338)	12.052	22.892	(4.003)	-	2.568	-	(934.829)
RESULTADO	1.908.286	61.964	(40.133)	(4.280)	31.495	33.631	-	1.990.963

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 30 de junho de 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	30/06/2015	30/06/2014
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	734.530	-
Ativos aportados na aliança Geração de Energia S.A.	581.114	-
Encargos Financeiros Capitalizados	70.160	34.929
Aporte de Capital na Amazônia Energia	36.393	-
Aporte de Capital na Aliança Norte	22.378	-
Transferências de Ativos Intangíveis para Ativos Financeiros	423.294	375.642
Receita de Construção	499.662	361.241

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Venda de Ativos da Renova

No dia 15 de julho de 2015, a Renova Energia (“Renova”) concluiu o acordo para contribuição de ativos para a TerraForm Global. A operação tem por objetivo aumentar a competitividade, a geração de valor e a capacidade de crescimento da Renova. Com essa transação, a Renova terá ainda novas opções de financiamento baseadas nos contratos de permuta do Backlog e nas ações da Terraform Global recebidas como pagamento, fortalecendo a estrutura de capital para o desenvolvimento dos projetos. A operação foi dividida em duas fases conforme a seguir explicado:

Primeira Fase - Ativos Operacionais

Anunciada em 07 de maio de 2015, contemplou a celebração dos seguintes contratos:

(i) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas que comercializaram energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 136 milhões, mediante pagamento em dinheiro;

(ii) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto Bahia, correspondentes a cinco parques eólicos que comercializaram energia no leilão de energia de reserva dedicado à fonte eólica LER 2009, com 99,2 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 451 milhões, mediante pagamento em dinheiro; e

(iii) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das subsidiárias da Renova que detiverem os ativos do projeto Salvador, correspondente a nove parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 195,2 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 1,026 bilhão, por ações da TerraForm Global com base no preço por ação a ser pago na oferta pública de ações (IPO) da TerraForm Global em andamento

Os valores acima estão sujeitos aos ajustes contemplados nos respectivos contratos.

Segunda Fase – Projetos do Backlog e Opção de Compra Ativos Futuros

Anunciada em 15 de julho de 2015 compreende outros ativos que possuem contratos de venda de energia de longo prazo, operacionais e não-operacionais (“Backlog”) e projetos em desenvolvimento e a serem desenvolvidos pela Renova que vierem a vender energia em contratos de longo prazo (“Pipeline”), e contemplou a celebração dos seguintes contratos:

(i) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das subsidiárias da Renova que detiverem os ativos de cada projeto do Backlog, conforme listados abaixo, pelo valor total da empresa (*enterprise value*, que considera as dívidas no valor do ativo) de R\$ 13,4 bilhões. Os valores serão ajustados na data da permuta conforme as disposições contratuais aplicáveis. Os ativos, com 2.204,2 MW de capacidade instalada, serão permutados após suas respectivas entradas em operação comercial e conforme cronograma abaixo negociado pelas partes, e a Renova receberá o valor correspondente em ações da TerraForm Global com base na média das cotações dos últimos 30 pregões anteriores ao fechamento.

Ativo	Capacidade instalada (MW)	Ano de Permuta
Light I	200,70	2017
Light II	202,80	2017
LEN A-5 2012	18,90	2017
LER 2010	167,70	2018
LEN A-3 2011	218,40	2018
LER 2014 - eólico	43,50	2018
LER 2014 - solar (1)	53,50	2018
LER 2013	159,00	2019
PPA Cemig (2)	676,20	2019
LEN A-5 2013	355,50	2020
LEN A-5 2014	108,00	2020

(1) Considera 50% do PPA, em função da Joint Venture com a SunEdison

(2) Considera 100% do PPA Cemig, uma vez que a Cemig não exerceu seu direito para aquisição de 50% do ativo

(ii) Contrato de opção por meio do qual a TerraForm Global terá, até 31 de dezembro de 2016, uma opção de compra e preferência na aquisição dos projetos de energia renovável em desenvolvimento e a serem desenvolvidos pela Companhia que vierem a vender energia em contratos de longo prazo. A quantidade de ações da TerraForm Global a ser recebida pela Renova será determinada com base num múltiplo do caixa disponível para distribuição do respectivo projeto nos anos seguintes à transferência, conforme metodologia acordada entre as partes. Após esse prazo, as partes irão negociar nova mecânica da opção de compra e preferência na aquisição dos projetos, visando refletir as condições de mercado e a competitividade da Companhia.

Também foi acordado que, observadas determinadas condições do contrato, a Renova terá direito de indicar um membro do conselho de administração da TerraForm Global.

Condições Precedentes para o Fechamento da Operação

A consumação das duas fases da Operação descritas acima, está sujeita a uma série de condições suspensivas, incluindo a realização do IPO da TerraForm Global, em andamento, e a obtenção de consentimento de terceiros e aprovações regulatórias, incluindo ANEEL e Eletrobrás.

Celebração de contrato entre a SunEdison e a Light Energia para compra de ações da Renova, detidas pela Light e consequente ingresso no bloco de controle da Renova

No dia 02 de julho, a Light Energia S.A anunciou que seu Conselho de Administração aprovou o contrato de compra e venda de ações para alienação das ações de emissão da Renova detidas pela Light Energia S.A. (“Light”) para a SunEdison, Inc (“SunEdison”). O contrato foi celebrado no dia 15 de julho e o valor a ser pago pelas 50.561.797 ações ordinárias é de USD 250.000.000,00, equivalente a USD 14,83 por Unit. O fechamento dessa operação ainda está sujeito a condições suspensivas, dentre as quais: aprovações regulatórias e manifestação quanto às restrições de transferências de ações e direitos de preferência e venda conjunta, previstas nos Acordos de Acionistas vigentes.

Mediante a conclusão do acordo, a SunEdison irá aderir aos Acordos de Acionistas existentes e fará parte do bloco de controle da Renova sendo importante ressaltar que essa operação não resultará na alienação do controle, direto ou indireto, da Renova ou na aquisição do poder de controle da Renova pela SunEdison.

Nova estrutura acionária após ingresso da SunEdison no Bloco de Controle da Renova:

RENOVA ENERGIA	AÇÕES ON		AÇÕES PN		TOTAL DE AÇÕES	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Bloco de controle	188.309.629	79,6	-	-	188.309.629	59,1
RR Participações	50.561.797	21,4	-	-	50.561.797	15,9
SunEdison	50.561.797	21,4	-	-	50.561.797	15,9
CEMIG GT	87.186.035	36,8	-	-	87.186.035	27,3
Outros Acionistas	48.534.657	20,4	81.811.136	100	130.345.793	40,9
RR Participações*	8.250.393	3,5	1.280.600	1,6	9.530.993	3
BNDSPAR	9.311.425	3,9	18.622.850	22,8	27.934.275	8,8
InfraBrasil	11.651.467	4,9	23.302.933	28,5	34.954.400	11
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,3	10.940.586	13,4	16.410.879	5,1
Outros	13.851.079	5,8	27.664.167	33,7	41.515.246	13
Total	236.844.286	100	81.811.136	100	318.655.422	100

*Ações fora do bloco de controle

Obtenção de liminar para impedir o ajuste do MRE

Em 20 de julho de 2015, a Cemig GT obteve, em decisão proferida pela Justiça Federal, o deferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela para determinar à ANEEL que, até o trânsito em julgado da demanda, não sejam aplicados os efeitos do ajuste do mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico das usinas hidrelétricas (MRE), quando a geração de energia efetiva do conjunto de usinas participantes desse condomínio for inferior à sua garantia física.

A decisão tem o objetivo de estancar os desembolsos de caixa ocorridos em razão dos atuais baixos valores do GSF (Generation Scaling Factor), que refletem, desde o início de 2014, a redução da geração hidrelétrica por força de diversos atos de ordem tanto estrutural quanto conjuntural, alheios à Companhia.

Em 4 de agosto de 2015, a Cemig D obteve decisão judicial favorável nos autos da ação judicial movida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, em face da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), determinando à CCEE que, até decisão final, abstenha-se de imputar às afiliadas da ABRADEE o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais, das quais não façam parte, relativas aos efeitos de GSF sobre geradores hidrelétricos, bem como de lhes aplicar qualquer sanção daí decorrente.

Emissão de Debêntures

Em 15 de julho de 2015, a Companhia concluiu a sua 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples, por meio da qual foram emitidas 100.000 (cem mil) debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo 97.275 (noventa e sete mil, duzentos e setenta e cinco) debêntures da 1ª série e 2.725 (duas mil, setecentas e vinte e cinco) debêntures da 2ª série, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, totalizando R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

As debêntures da 1ª série têm prazo de três anos a contar da data de emissão e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 1,60% ao ano.

As debêntures da 2ª série têm prazo de cinco anos a contar da data de emissão, com correção monetária pelo IPCA, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 8,07% ao ano.

A 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

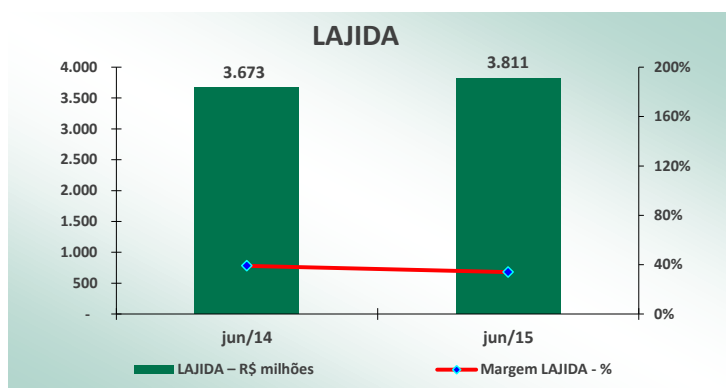
Análise do Resultado do Primeiro Semestre de 2015

A Cemig apresentou, no primeiro semestre de 2015, um resultado de R\$2.018.891 em comparação ao resultado de R\$1.990.963 no mesmo período de 2014, um aumento de 1,40%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 3,77% no primeiro semestre de 2015 na comparação com o mesmo período de 2014:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado	Var. %
Resultado do Período	2.018.891	1.990.963	1,40
+ Despesa de IR e Contribuição Social	838.535	934.829	(10,30)
+ Resultado Financeiro Líquido	525.031	362.449	44,86
+ Depreciação e Amortização	428.708	384.524	11,49
= LAJIDA	3.811.165	3.672.765	3,77



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O LAJIDA consolidado no primeiro semestre de 2015 manteve-se estável em comparação ao mesmo período de 2014. A margem do LAJIDA passou de 39,02%, no primeiro semestre de 2014, para 33,90%, no primeiro semestre de 2015, principalmente em função dos reajustes tarifários na Cemig D para cobertura dos encargos regulatórios da CDE.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$10.957.746 no primeiro semestre de 2015 em comparação a R\$8.293.188 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 32,13%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$9.569.719 no primeiro semestre de 2015 comparada a R\$7.373.972 no mesmo período de 2014, representado um aumento de 29,78%.

Os principais impactos na receita, no primeiro semestre de 2015, decorrem dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014 (efeito integral em 2015);
- reajuste tarifário extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015;
- instituição do mecanismo de bandeiras tarifárias, a partir de janeiro de 2015, no valor de R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha e, a partir de março de 2015, no valor de R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha, ambos para cada 100 kWh consumidos. A bandeira vermelha vigorou nos seis primeiros meses de 2015;
- Redução de 4,73% no volume de energia vendida para consumidores finais.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no primeiro semestre de 2015, comparativamente às do mesmo período de 2014:

A energia faturada pela Companhia apresentou uma redução de 4,26%, sendo a variação por classe de consumo apresentada abaixo.

Destaca-se a redução de 8,29% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da redução dos níveis de atividade econômica em 2015, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

	MWh (1)		
	30/06/2015	30/06/2014	Var (%)
Residencial	4.949.413	5.027.320	(1,55)
Industrial	11.588.756	12.635.868	(8,29)
Comércio, Serviços e Outros	3.260.567	3.238.566	0,68
Rural	1.544.410	1.588.699	(2,79)
Poder Público	441.322	444.934	(0,81)
Iluminação Pública	660.596	643.068	2,73
Serviço Público	596.686	607.903	(1,85)
Subtotal	23.041.750	24.186.358	(4,73)
Consumo Próprio	18.914	19.055	(0,74)
	23.060.664	24.205.413	(4,73)
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	6.918.908	7.108.010	(2,66)
Total	29.979.572	31.313.423	(4,26)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No primeiro semestre de 2015, a receita foi de R\$730.882 comparada a R\$414.021 do mesmo período de 2014, aumento de 76,53%.

Esta variação decorre, basicamente, do impacto tarifário nos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2014 com aumento de 8,79% e novo impacto percebido nos reajustes de 2015 com aumento de 96,21%. Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (vide Nota Explicativa nº 22). O aumento na tarifa foi parcialmente compensado pelo desaquecimento das atividades do setor industrial no período, cujo impacto foi uma redução de 12,02% na quantidade de energia distribuída.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$1.712.090 no primeiro semestre de 2015 comparada a R\$2.267.284 no mesmo período de 2014, uma redução de 24,49%. Esta variação decorre, principalmente, da redução de 48,36% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R\$370,72/MWh em 2015 e R\$717,93/MWh em 2014).

Apesar da redução do GSF, a Companhia teve mais energia disponível para liquidação no mercado atacadista de energia em 2015, o que compensou parcialmente a redução no preço médio de vendas.

Receita de Fornecimento de Gás

No primeiro semestre de 2015 a Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$850.720, decorrente da consolidação da GASMIG a partir de outubro de 2014.

CVA e Outros Componentes Financeiros

Em função de alteração nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia passou a reconhecer os saldos dos custos não gerenciáveis a serem repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou uma receita operacional de R\$762.497 em 30 de junho de 2015.

Deve ser ressaltado que a receita mencionada é líquida de ajuste devedor no valor de R\$80.671 referente à diferença de estimativa de valores registrados em 2014.

Vide mais informações na Nota Explicativa nº 11 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura (de transmissão e distribuição) foram de R\$499.663 no primeiro semestre de 2015 comparados a R\$361.241 no mesmo período de 2014, apresentando aumento de 38,32%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Demais itens de receitas operacionais

As demais receitas da Companhia, em conjunto, não tiveram variação significativa apresentando um aumento de 7,78% nos períodos comparados (R\$872.383 no primeiro semestre de 2015, em comparação a R\$809.443 no mesmo período de 2014).

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$5.144.222 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$2.733.741 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 88,18%. Este resultado deve-se, parcialmente, aos tributos calculados com base em percentual do faturamento, sendo que as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita. A principal variação não decorrente de aumento do faturamento está descrita abaixo:

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.156.695 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$96.552, no primeiro semestre de 2014. As despesas abarcadas pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE são: indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Em 2014 as despesas a serem cobertas pelo Encargo não foram consideradas integralmente na definição dos valores da CDE, ocasionando um déficit no ano. Em 2015 foi realizado um novo orçamento para a CDE, elevando o montante anual a ser pago pela Cemig D de R\$194 milhões para R\$2.147 milhões (conforme Resolução ANEEL 1.857/2015), sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$8.689.642 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$6.259.142 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 38,83%.

Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$4.733.681 no primeiro semestre de 2015, comparada a R\$3.497.982 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 35,33%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 71,42% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$2.085.475 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$1.216.615 no mesmo período de 2014, decorrente, principalmente, dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;

- aumento de 91,44% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$770.844 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$402.654 no mesmo período de 2014. Essa variação decorre do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW/mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW/mês, a partir de janeiro de 2015 e, adicionalmente, da valorização do Dólar frente ao Real no primeiro semestre de 2015, comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas no primeiro semestre de 2015 foi de R\$3,00, em comparação a R\$2,28 do mesmo período de 2014, o que representou uma variação de 31,58%;
- aumento de 65,13% da despesa com energia adquirida no ambiente livre que foi de R\$1.318.089 no primeiro semestre de 2015 comparado a R\$798.202 no mesmo período de 2014. Esta variação é decorrente, basicamente, do aumento de 60,17% no volume de compra realizado pela Cemig GT (7.677.825 MWh em 2015 em comparação a 4.793.679 MWh em 2014), em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado;
- redução de 47,88% da compra de energia de curto prazo, em função da menor exposição da Cemig D no mercado atacadista (R\$467.403 em junho de 2015 e R\$896.730 em junho de 2014).

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$492.643 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$334.226 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 47,40%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$669.147 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$599.885 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 11,55%. Essa variação decorre, basicamente, de reajustes salariais, sendo de 6,34% em função do Acordo Coletivo do Trabalho em novembro de 2014, e 3% a partir de março de 2015 como resultado do dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos empregados da Companhia

Depreciação e Amortização

A despesa com depreciação foi de R\$428.708 no primeiro semestre de 2015 comparado a R\$384.524 no mesmo período de 2014, apresentando aumento de 11,49%. Esta variação decorre, principalmente, da consolidação da GASMIG, a partir de outubro de 2014. A despesa com amortização da GASMIG, no primeiro semestre de 2015, foi de R\$26.003.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

Os custos referem-se basicamente ao óleo combustível para produção de energia na usina de Igarapé e foram de R\$74.971 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$125.633 no mesmo período de 2014, uma redução de 40,33%. Este resultado decorre, principalmente, da menor aquisição de óleo combustível em 2015 para utilização nas operações da Usina Termelétrica de Igarapé, tendo em vista a interrupção das atividades da usina nesse ano para manutenção e instalação de novos equipamentos.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$499.663 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$361.241 do mesmo período de 2014, um aumento de 38,32%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$273.005 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$46.823 do mesmo período de 2014, um aumento de 483,06%.

A principal variação decorre do registro, em 2015, de provisão para perdas referentes às opções de venda das participações em Parati e SAAG no valor de R\$160.433. Mais informações nas Notas Explicativas números 12 e 23d.

Destaca-se, ainda, o crescimento das provisões trabalhistas, que foram constituídas no montante de R\$35.517 no primeiro semestre de 2015, em comparação a uma constituição líquida de R\$11.127 no primeiro semestre de 2014. Além disso, no primeiro semestre de 2015 houve uma constituição de R\$ 2.843 nas provisões regulatórias, em comparação a uma reversão líquida de R\$ 21.990 no mesmo período de 2014. Mais informações nas Notas Explicativas números 20 e 23d.

Gás Comprado para Revenda

No primeiro semestre de 2015 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$523.922, decorrente da consolidação da GASMIG, a partir de outubro de 2014.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$734.530 referente a avaliação a valor justo dos ativos da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 12.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no primeiro semestre de 2015 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$525.031, comparada a Despesa Financeira Líquida de R\$362.449 no mesmo período de 2014, representando um crescimento de 44,86%. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- reconhecimento, a partir de 2015, da variação cambial e monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$ 76.629;
- reconhecimento de receita com Atualização da Base de Remuneração de Ativos (BRR) no valor de R\$193.673 no primeiro semestre de 2015. Esta variação decorre da maior variação do indexador da BRR, o IGP-M, que variou 4,33% no 1º semestre de 2015 na comparação com uma variação de 2,45% no 1º semestre de 2014. Adicionalmente, em junho de 2014, foi registrada uma reversão da atualização financeira da BRR no montante de R\$110.398 em função da homologação definitiva da BRR da Cemig D;
- aumento nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, que foi de R\$72.237 no primeiro semestre de 2015 comparados ao montante de R\$5.262 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, dos impactos verificados na Cemig D em função da maior variação do Dólar em 2015 (16,81% no 1º semestre de 2015 em comparação à variação negativa de 5,98% no 1º semestre de 2014).
- aumento de 63,91% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$609.549 no primeiro semestre de 2015 comparados a R\$371.882 no primeiro semestre de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 5,92% no primeiro semestre de 2015 em comparação a 4,97% no mesmo período de 2014;

- aumento de 22,46% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$226.356 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$184.836 do mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do IPCA no período (6,17% no 1º semestre de 2015 em comparação a 3,75% no 1º semestre de 2014);
- redução de 41,17% na receita de aplicações financeiras: R\$92.701 no primeiro semestre de 2015 comparados a R\$157.585 no mesmo 2014, em função de menor volume de recursos aplicados em 2015.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no primeiro semestre de 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$838.535 em relação ao Resultado de R\$2.857.426 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 29,35%. No primeiro semestre de 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$934.829 em relação ao Resultado de R\$2.925.792, representando um percentual de 31,95%.

Estas taxas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

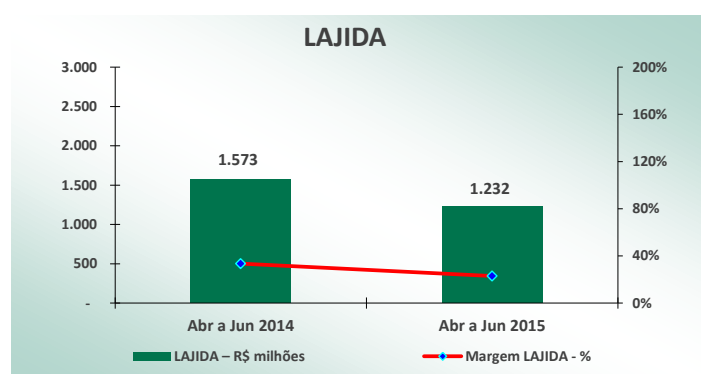
Análise do Resultado do Segundo Trimestre de 2015

A Cemig apresentou, no segundo trimestre de 2015, um resultado de R\$534.264, em comparação ao resultado de R\$740.874, no segundo trimestre de 2014, redução de 27,88%. As principais variações no resultado estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou uma redução de 21,66% no segundo trimestre de 2015 na comparação com o mesmo período de 2014:

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/2015	Segundo Trim/2014 Reclassificado	Var. %
Resultado do Período	534.264	740.874	(27,89)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	264.840	355.961	(25,60)
+ Resultado Financeiro Líquido	251.581	273.560	(8,03)
+ Depreciação e Amortização	181.587	202.491	(10,32)
= LAJIDA	1.232.272	1.572.886	(21,66)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução de 21,66% do LAJIDA consolidado no segundo trimestre de 2015 decorre, principalmente, do aumento de 32,26% verificado nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização) compensado, parcialmente, pelo aumento de 14,70% verificado na receita líquida. A margem do LAJIDA passou de 33,46%, no segundo trimestre de 2014, para 22,85%, no segundo trimestre de 2015.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$5.818.505 no segundo trimestre de 2015 em comparação a R\$4.268.519 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 36,31%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$5.277.989 no segundo trimestre de 2015, comparada a R\$3.827.827 no mesmo período de 2014, representado um aumento de 37,88%. Os principais impactos na receita, no segundo trimestre de 2015, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015;
- instituição do mecanismo de bandeiras tarifárias, a partir de janeiro de 2015, no valor de R\$1,50 para a bandeira amarela e R\$3,00 para a bandeira vermelha e, a partir de março de 2015, no valor de R\$2,50 para a bandeira amarela e R\$5,50 para a bandeira vermelha, ambos para cada 100 KWh consumidos. A bandeira vermelha vigorou nos seis primeiros meses de 2015;
- Redução de 7,58% no volume de energia vendida para consumidores finais.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no segundo trimestre de 2015, comparativamente às do mesmo período de 2014:

Consumo por Classe	MWh (1)		
	Segundo Trim/2015	Segundo Trim/2014	Var %
Residencial	2.386.270	2.459.539	(2,98)
Industrial	5.771.862	6.525.802	(11,55)
Comércio, Serviços e Outros	1.563.963	1.576.085	(0,77)
Rural	749.687	844.996	(11,28)
Poder Público	223.734	224.262	(0,24)
Iluminação Pública	329.545	313.329	5,18
Serviço Público	280.302	288.676	(2,90)
Subtotal	11.305.363	12.232.689	(7,58)
Consumo Próprio	9.095	9.286	(2,06)
	11.314.458	12.241.975	(7,58)
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	2.883.357	3.244.840	(11,14)
Total	14.197.815	15.486.815	(8,32)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

As principais variações foram no mercado industrial e rural que apresentaram, no segundo trimestre de 2015, reduções de 11,55% e 11,28%, respectivamente. Estas variações decorrem, principalmente, dos seguintes fatores:

Industrial – redução de consumo de clientes, no segundo trimestre de 2015 comparado ao segundo trimestre de 2014, em função da retração da atividade econômica nacional e estadual com redução da demanda interna de bens e serviços, também afetada pelo ritmo lento de recuperação da economia internacional em 2015;

Rural – redução do consumo, no segundo trimestre de 2015 comparado ao segundo trimestre de 2014, decorrente da melhor condição climatológica com maior nível de precipitação e temperaturas mais amenas com menor consumo para irrigação em 2015.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$701.158 no segundo trimestre de 2015 comparada a R\$940.377 no mesmo período de 2014, redução de 25,44%. Esta variação decorre, principalmente, da redução de 47,70% no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R\$356,81/MWh no segundo trimestre de 2015 e R\$682,20/MWh no segundo trimestre de 2014).

Apesar da redução do GSF, a Companhia teve mais energia disponível para liquidação no mercado atacadista de energia em 2015, o que compensou parcialmente a redução no preço médio de vendas.

CVA e Outros Componentes Financeiros

Em função de alteração nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia passou a reconhecer os saldos dos custos não gerenciáveis a serem repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou uma receita operacional de R\$212.227 no segundo trimestre de 2015.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No segundo trimestre de 2015, a receita foi de R\$520.785 comparada a R\$218.093 do mesmo período de 2014, aumento de 138,79%.

Esta variação decorre, basicamente, do impacto tarifário percebido nos reajustes de 2015 com aumento de 96,21% para os consumidores livres. Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (vide Nota Explicativa nº 10). O aumento na tarifa foi parcialmente compensado pelo desaquecimento das atividades do setor industrial no período, cujo impacto foi uma redução de 13,70% na quantidade de energia distribuída.

Receita de Fornecimento de Gás

No segundo trimestre de 2015 a Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$425.217, decorrente da consolidação da GASMIG, a partir de outubro de 2014.

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura foram de R\$266.090 no segundo trimestre de 2015 comparados a R\$212.171 no mesmo período de 2014, apresentando aumento de 25,41%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Demais receitas operacionais

As demais receitas da Companhia apresentaram, em conjunto, um aumento de 8,06% nos períodos comparados (R\$500.299 no segundo trimestre de 2015, em comparação a R\$462.997 no mesmo período de 2014).

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$3.051.801 no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$1.400.730 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 117,87%. Este resultado deve-se, parcialmente, aos tributos calculados com base em percentual do faturamento, sendo que as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita. A principal variação não decorrente de aumento do faturamento está descrita abaixo:

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Os encargos referentes à CDE foram de R\$858.556 no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$54.420, do segundo trimestre de 2014. As despesas abarcadas pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE são: indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Em 2014 as despesas a serem cobertas pelo Encargo não foram consideradas integralmente na definição dos valores da CDE, ocasionando um déficit no ano. Em 2015 foi realizado um novo orçamento para a CDE, elevando o montante anual, a ser pago pela Cemig D, de R\$194 milhões para R\$2.147 milhões (conforme Resolução ANEEL 1.857/2015), sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$4.347.513 no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$3.352.259 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 29,69%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.312.277 no segundo trimestre de 2015, comparada a R\$1.869.266 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 23,70%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 51,77% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$967.811 no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$637.694 no mesmo período de 2014, decorrente principalmente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- aumento de 102,60% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$401.174 no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$198.014 no mesmo período de 2014. Essa variação decorre do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW/mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW/mês, a partir de janeiro de 2015 e, adicionalmente, da valorização do Dólar frente ao Real no segundo trimestre de 2015, comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas no segundo trimestre de 2015 foi de R\$3,08, em comparação a R\$2,21 do mesmo período de 2014, o que representou uma variação de 39,37%;
- aumento de 62,88% na despesa com energia adquirida no ambiente livre que foi de R\$689.518 no segundo trimestre de 2015 em comparação a R\$423.331 no mesmo período de 2014. Esta variação decorre, principalmente, da maior atividade de comercialização pela Cemig GT, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado;
- redução de 63,39% da compra de energia de curto prazo, em função da menor exposição da Cemig D no mercado atacadista (R\$191.014 no segundo trimestre de 2015 e R\$521.718 no segundo trimestre de 2014).

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$251.254 no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$164.684 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 52,57%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$332.709 no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$305.104 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 9,05%. Essa variação decorre, basicamente, de reajustes salariais, sendo de 6,34% em função do Acordo Coletivo do Trabalho em novembro de 2014, e de 3% a partir de março de 2015 como resultado do dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos empregados da Companhia.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma despesa de R\$229.841, no segundo trimestre de 2015, comparados a uma despesa de R\$42.040 do mesmo período de 2014, variação de 446,72%. Esta variação decorre, principalmente, da constituição, em junho de 2015, de provisão para perdas referentes as opções de venda das participações em Parati e SAAG, no valor de R\$160.433. Mais informações na Nota Explicativa nº 12.

Gás Comprado para Revenda

No segundo trimestre de 2015 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$261.914, decorrente da consolidação da GASMIG, a partir de outubro de 2014.

Custo de Construção de Infraestrutura

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$266.090 no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$212.171 do mesmo período de 2014, representando um aumento de 25,41%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

A despesa com matéria-prima e insumos para produção de energia foi uma recuperação de despesas de R\$2.547 no primeiro semestre de 2015 comparados a R\$88.143 no mesmo período de 2014 apresentando uma redução de 102,89%. Este resultado decorre da paralisação das atividades da Usina Termelétrica de Igarapé no segundo trimestre de 2015, em função da necessidade de manutenção e instalação de novos equipamentos.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no segundo trimestre de 2015 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$251.581, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$273.560 no mesmo período de 2014, redução de 8,03%.

A composição das Receitas e Despesas Financeiras é apresentada na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações são apresentadas na sequência deste relatório.

- aumento da receita com Atualização da Base de Remuneração de Ativos (BRR): no segundo trimestre de 2015 foi registrada uma receita de atualização financeira da BRR no valor de R\$102.120 em comparação a uma reversão, no mesmo período de 2014, no montante de R\$112.593. Esta variação decorre da maior variação do indexador da BRR, o IGP-M, que variou 2,27% no 2º trimestre de 2015 na comparação com uma variação negativa de 0,09% no 2º trimestre de 2014. Adicionalmente, em junho de 2014, foi registrada uma reversão da atualização financeira da BRR no montante de R\$110.398 em função da homologação definitiva da BRR da Cemig D.
- aumento nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$317.036 no segundo trimestre de 2015 comparados a R\$201.145 no segundo trimestre de 2014, aumento de 57,62% decorrente, principalmente, do aumento da dívida indexada ao CDI em 2015 aliado à variação deste indexador em 2015 (3,02%) comparado a 2014 (2,51%);
- aumento nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$91.139 no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$68.615 do mesmo período de 2014, aumento de 32,83%. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do IPCA no período (2,26% no 2º trimestre de 2015 em comparação a 1,54% no 2º trimestre de 2014);
- redução de 37,21% na receita de aplicações financeiras: R\$53.704 no segundo trimestre de 2015 comparados a R\$85.525 no mesmo período de 2014, em função de menor volume de recursos aplicados.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no segundo trimestre de 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$264.840 em relação ao Resultado de R\$799.104 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 33,14%. No segundo trimestre de 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$355.961 em relação ao Resultado de R\$1.096.835, representando um percentual de 32,45%. Estas taxas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES (Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE JUNHO DE 2015																	
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	TAESA	LIGHT	MADEIRA	ALIANÇA GERAÇÃO	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	15.690.951	13.152.248	15.327.246	1.931.305	331.997	165.123	167.115	274.113	(9.926.802)	37.113.296	4.837.354	4.678.634	2.362.924	1.030.047	4.602.428	(7.711.989)	46.912.694
Caixa e Equivalentes de Caixa	95.861	116.502	436.042	27.697	10.784	6.745	10.309	53.075	-	757.015	301.243	150.664	32.653	44.905	-	152.573	1.439.053
Contas a Receber	-	989.290	2.587.476	119.835	-	5.771	7.085	777	(35.809)	3.674.425	111.882	628.513	29.835	40.630	55.865	(16.103)	4.525.047
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financ.	108.860	183.672	84.174	53.984	175	11.646	28.239	55.787	-	526.537	8.957	-	-	-	48.403	-	583.897
Tributos	607.467	201.952	1.514.957	78.261	26.580	610	510	857	-	2.431.194	300.981	357.254	7.578	1.680	16.022	-	3.114.709
Outros Ativos	662.749	448.572	1.759.119	321.782	27.240	3.930	536	32.937	(175.214)	3.081.651	98.042	877.559	129.794	10.131	483.930	(157.649)	4.523.458
Invest./Mob./Intang./Fin. de Concessão	14.216.014	11.212.260	8.945.478	1.329.746	267.218	136.421	120.436	130.680	(9.715.779)	26.642.474	4.016.249	2.664.644	2.163.064	932.701	3.845.635	(7.538.237)	32.726.530
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.690.951	13.152.248	15.327.246	1.931.305	331.997	165.123	167.115	274.113	(9.926.802)	37.113.296	4.837.354	4.678.634	2.362.924	1.030.047	4.602.428	(7.711.989)	46.912.694
Fornecedores e suprimentos	4.729	324.945	1.068.205	81.455	11.176	7.082	4.419	3.987	(41.935)	1.464.063	17.827	374.051	103.384	11.932	101.416	(18.824)	2.053.849
Empréstimo, Financ. e Debêntures	-	5.727.163	6.877.599	390.562	41.649	-	-	1	-	13.036.974	2.031.472	2.386.551	1.398.183	-	1.489.172	-	20.342.352
Juros sobre capital próprio e Dividendos	717.725	-	111.869	-	-	17.233	18.794	13.641	(161.537)	717.725	1	51.143	-	-	39.707	(90.851)	717.725
Obrigações Pós-Emprego	147.725	600.603	1.971.412	-	-	-	-	-	-	2.719.740	-	10.439	-	-	-	-	2.730.179
Tributos	20.404	731.641	1.645.226	346.447	9.678	37.622	3.007	8.544	-	2.802.569	751.202	380.435	43.293	11.397	28.207	-	4.017.103
Outros Passivos	691.935	358.388	962.436	189.294	54.373	812	720	9.402	(7.551)	2.259.809	123.672	274.006	133.646	127.291	15.567	5.079	2.939.070
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.108.433	5.409.508	2.690.499	923.547	215.121	102.374	140.175	238.538	(9.715.779)	14.112.416	1.913.180	1.202.009	684.418	879.427	2.928.359	(7.607.393)	14.112.416
Atribuído a Part. dos acionistas controladores	14.108.433	5.409.508	2.690.499	919.564	215.121	102.374	140.175	238.538	(9.715.779)	14.108.433	1.913.180	1.202.009	684.418	879.427	2.928.359	(7.607.393)	14.108.433
Participação de acionista não controlador	-	-	-	3.983	-	-	-	-	-	3.983	-	-	-	-	-	-	3.983
RESULTADO																	
Receita Operacional Líquida	161	4.421.368	6.104.660	681.325	61.202	28.993	34.292	91.121	(181.363)	11.241.759	408.617	1.820.224	130.481	135.819	179.493	(118.342)	13.798.051
Custos e Despesas Operacionais	(183.330)	(2.020.695)	(5.963.045)	(578.694)	(49.939)	(20.871)	(11.103)	(30.803)	168.838	(8.689.642)	(52.445)	(1.674.055)	(115.061)	(83.893)	(135.858)	37.620	(10.713.334)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(1.232.789)	(3.578.613)	-	-	(16.051)	(4.644)	(14.386)	112.802	(4.733.681)	-	(1.293.465)	(49.223)	(54.430)	(22.003)	78.437	(6.074.365)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(143.560)	(399.779)	-	-	-	(1.511)	(638)	52.845	(492.643)	-	-	(24.987)	(5.755)	(7.080)	29.970	(500.495)
Gás Comprado para Revenda	-	-	(523.922)	-	-	-	-	-	-	(523.922)	-	-	-	-	-	-	(523.922)
Custo de construção	-	(56.258)	(443.405)	-	-	-	-	-	-	(499.663)	(4.732)	(129.124)	-	-	(2.070)	-	(635.589)
Pessoal	(21.402)	(161.118)	(462.450)	(11.977)	(7.094)	(668)	(630)	(3.808)	-	(669.147)	(21.641)	(58.498)	(3.469)	(4.144)	(28.684)	-	(785.583)
Participações dos Empregados no Resultado	(4.388)	(37.817)	(101.732)	-	(946)	(199)	(133)	(1)	-	(145.216)	(2.759)	-	-	(794)	(159)	-	(148.928)
Obrigações Pós-Emprego	(6.393)	(25.277)	(83.548)	-	-	-	-	-	-	(115.218)	-	-	-	-	-	-	(115.218)
Materiais	(145)	(82.576)	(22.310)	(739)	(38)	(169)	(133)	(188)	-	(106.298)	(8.326)	(1.622)	(800)	(298)	(1.302)	-	(118.646)
Serviços de Terceiros	(4.196)	(64.282)	(333.383)	(2.664)	(13.356)	(959)	(1.733)	(6.109)	13.729	(412.953)	(10.149)	(73.893)	(4.560)	(7.137)	(27.956)	615	(536.033)
Depreciação e Amortização	(241)	(144.086)	(224.462)	(26.003)	(18.088)	(2.750)	(2.196)	(5.249)	(5.633)	(428.708)	(928)	(73.318)	(22.967)	(12.492)	(37.431)	(39.100)	(614.944)
Provisões Operacionais	(137.025)	(41.873)	(93.465)	-	(641)	-	(1)	-	-	(273.005)	-	(24.664)	-	(427)	(899)	-	(298.995)
Outras Despesas Líquidas	(9.540)	(31.059)	(219.898)	(13.389)	(9.776)	(75)	(122)	(424)	(4.905)	(289.188)	(3.910)	(19.471)	(9.055)	1.584	(8.274)	(32.302)	(360.616)
Resultado Op. antes de Equiv. Patrim. e Financ.	(183.169)	2.400.673	141.615	102.631	11.263	8.122	23.189	60.318	(12.525)	2.552.117	356.172	146.169	15.420	51.926	43.635	(80.722)	3.084.717
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.130.839	(103.273)	-	-	(14.565)	-	-	1.344	(1.918.535)	95.810	425	(15.968)	-	-	11.891	(141.909)	(49.751)
Resultado com Reorganização Societária	-	734.530	-	-	-	-	-	-	-	734.530	-	-	-	-	-	-	734.530
Receita Financeira	13.422	62.902	421.774	13.756	1.794	1.444	1.679	8.084	-	524.855	162.215	165.268	6.550	735	15.018	-	874.641
Despesa Financeira	(3.698)	(479.987)	(538.236)	(24.482)	(2.880)	(92)	(53)	(458)	-	(1.049.886)	(288.437)	(251.267)	(56.715)	(4.198)	(62.961)	-	(1.713.464)
Resultado antes do IR e CSLL	1.957.394	2.614.845	25.153	91.905	(4.388)	9.474	24.815	69.288	(1.931.060)	2.857.426	230.375	44.202	(34.745)	48.463	7.583	(222.631)	2.930.673
Imposto de Renda e Contribuição Social	61.220	(829.657)	(19.967)	(27.524)	(3.349)	(3.203)	(1.753)	(14.302)	-	(838.535)	(38.527)	(21.057)	(322)	(4.795)	(8.546)	-	(911.782)
Resultado do Período	2.018.614	1.785.188	5.186	64.381	(7.737)	6.271	23.062	54.986	(1.931.060)	2.018.891	191.848	23.145	(35.067)	43.668	(963)	(222.631)	2.018.891
Participação dos acionistas controladores	2.018.614	1.785.188	5.186	64.104	(7.737)	6.271	23.062	54.986	(1.931.060)	2.018.614	191.848	23.145	(35.067)	43.668	(963)	(222.631)	2.018.614
Participação de acionista não controlador	-	-	-	277	-	-	-	-	-	277	-	-	-	-	-	-	277
	2.018.614	1.785.188	5.186	64.381	(7.737)	6.271	23.062	54.986	(1.931.060)	2.018.891	191.848	23.145	(35.067)	43.668	(963)	(222.631)	2.018.891

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE JUNHO DE 2014 - RECLASSIFICADA

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	TAESA	LIGHT	MADEIRA	GASMIG	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	14.338.525	12.364.692	13.230.895	331.302	184.744	148.656	551.610	(8.415.176)	32.735.248	4.560.443	4.286.301	2.229.824	1.020.672	2.339.783	(5.927.657)	41.244.614
Caixa e Equivalentes de Caixa	500.860	867.549	535.070	27.048	7.644	8.128	42.478	-	1.988.777	139.612	517.814	30.758	62.441	92.545	-	2.831.947
Contas a Receber	-	1.060.057	1.787.961	-	5.472	3.592	34.583	(24.492)	2.867.173	89.332	532.433	23.423	62.436	32.336	(7.409)	3.599.724
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	364.025	299.404	432.317	1.344	25.971	11.707	144.639	-	1.279.407	88.093	-	-	41.655	57.523	-	1.466.678
Tributos	488.338	117.729	1.548.891	28.203	558	102	1.974	-	2.185.795	299.980	317.958	7.951	55.404	7.095	-	2.874.183
Outros Ativos	752.190	314.681	1.833.129	21.384	4.030	383	44.074	(482.345)	2.487.526	56.179	410.108	153.113	158.111	142.664	(296.285)	3.111.416
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	12.233.112	9.705.272	7.093.527	253.323	141.069	124.744	283.862	(7.908.339)	21.926.570	3.887.247	2.507.988	2.014.579	640.625	2.007.620	(5.623.963)	27.360.666
PASSIVO	14.338.525	12.364.692	13.230.895	331.302	184.744	148.656	551.610	(8.415.176)	32.735.248	4.560.443	4.286.301	2.229.824	1.020.672	2.339.783	(5.927.657)	41.244.614
Fornecedores e suprimentos	6.784	247.160	1.194.008	17.054	6.159	4.544	6.662	(38.559)	1.443.812	20.780	348.265	58.118	39.920	25.212	(8.551)	1.927.556
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	-	5.521.853	5.929.738	28.221	-	-	74.017	-	11.553.829	2.064.071	2.216.384	1.281.566	241.631	571.687	-	17.929.168
Juros sobre capital próprio e Dividendos	1.331.673	385.302	-	-	30.013	18.794	20.205	(454.314)	1.331.673	2.771	128.931	-	1.094	42.686	(175.482)	1.331.673
Obrigações Pós-Emprego	128.778	571.131	1.818.936	-	-	-	-	-	2.518.845	-	43	-	-	-	-	2.518.888
Tributos	20.847	496.437	1.163.898	10.153	40.014	1.430	30.872	-	1.763.651	662.090	242.057	32.270	56.499	37.348	-	2.793.915
Outros Passivos	146.521	363.940	698.352	42.367	607	671	16.706	(13.969)	1.255.195	29.346	292.201	194.671	150.185	(26.565)	(19.862)	1.875.171
Patrimônio Líquido	12.703.922	4.778.869	2.425.963	233.507	107.951	123.217	403.148	(7.908.334)	12.868.243	1.781.385	1.058.420	663.199	531.343	1.689.415	(5.723.762)	12.868.243
RESULTADO																
Receita Operacional Líquida	160	4.454.417	4.832.177	57.411	27.565	21.840	171.647	(153.781)	9.411.436	275.529	1.278.231	108.370	395.066	107.329	(49.362)	11.526.599
Custos e Despesas Operacionais	(48.322)	(1.515.651)	(4.714.384)	(46.224)	(12.735)	(17.487)	(52.467)	148.128	(6.259.142)	(59.392)	(1.140.774)	(97.801)	(356.754)	(72.491)	28.631	(7.957.723)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(766.790)	(2.761.716)	-	(6.999)	(11.193)	(27.048)	75.764	(3.497.982)	-	(823.888)	(52.972)	-	(8.069)	19.069	(4.363.842)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(131.123)	(258.837)	-	-	(1.401)	(2.673)	59.808	(334.226)	-	-	(18.443)	-	(2.597)	20.657	(334.609)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(327.595)	-	-	(327.595)
Custo de construção	-	(37.092)	(324.149)	-	-	-	-	-	(361.241)	(11.560)	(69.623)	-	-	(3.455)	-	(445.879)
Pessoal	(19.787)	(147.403)	(422.119)	(6.417)	(648)	(780)	(2.731)	-	(599.885)	(19.973)	(53.456)	(2.762)	(7.955)	(21.723)	-	(705.754)
Participações dos Empregados no Resultado	(7.756)	(30.113)	(97.679)	(717)	(66)	(77)	(1)	-	(136.409)	(2.718)	-	(400)	-	(98)	-	(139.625)
Obrigações Pós-Emprego	(5.534)	(24.078)	(76.346)	-	-	-	-	-	(105.958)	-	-	-	-	-	-	(105.958)
Materiais	(58)	(132.327)	(24.247)	(38)	(255)	(144)	(189)	-	(157.258)	(10.782)	(6.351)	(186)	(618)	(135)	-	(175.330)
Serviços de Terceiros	(8.372)	(67.266)	(309.986)	(10.894)	(1.903)	(1.580)	(10.466)	17.679	(392.788)	(10.736)	(68.848)	(3.191)	(2.029)	(13.730)	315	(491.007)
Depreciação e Amortização	(254)	(139.729)	(210.387)	(17.679)	(2.745)	(2.190)	(8.777)	(2.763)	(384.524)	(619)	(64.557)	(18.271)	(10.292)	(18.221)	(7.555)	(504.039)
Provisões Operacionais	5.216	(8.273)	(43.752)	(12)	-	(2)	-	-	(46.823)	605	(25.922)	-	-	(306)	-	(72.446)
Outras Despesas Líquidas	(11.777)	(31.457)	(185.166)	(10.467)	(119)	(120)	(582)	(2.360)	(242.048)	(3.609)	(28.129)	(1.576)	(8.265)	(4.157)	(3.855)	(291.639)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	(48.162)	2.938.766	117.793	11.187	14.830	4.353	119.180	(5.653)	3.152.294	216.137	137.457	10.569	38.312	34.838	(20.731)	3.568.876
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.837.088	(7.816)	-	(12.691)	-	-	900	(1.681.534)	135.947	438	(2.195)	-	-	30.929	(169.481)	(4.362)
Receita Financeira	32.009	82.812	160.849	2.798	1.514	796	11.568	-	292.346	37.024	43.335	1.790	22.667	7.578	-	404.740
Despesa Financeira	(3.253)	(275.963)	(368.429)	(1.571)	(306)	(41)	(5.232)	-	(654.795)	(143.177)	(105.266)	(32.104)	(10.986)	(21.274)	-	(967.602)
Resultado antes do IR e CSLL	1.817.682	2.737.799	(89.787)	(277)	16.038	5.108	126.416	(1.687.187)	2.925.792	110.422	73.331	(19.745)	49.993	52.071	(190.212)	3.001.652
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.960	(926.942)	22.892	(4.003)	(5.433)	(1.018)	(29.285)	-	(934.829)	(27.350)	(26.033)	359	(17.265)	(5.571)	-	(1.010.689)
Resultado do Período	1.826.642	1.810.857	(66.895)	(4.280)	10.605	4.090	97.131	(1.687.187)	1.990.963	83.072	47.298	(19.386)	32.728	46.500	(190.212)	1.990.963

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 30/06/2015, reuniu-se 19 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 30 de abril de 2015, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2016.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 17.355 mil;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Comitês

- Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:
 1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
 2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
 3. Comitê de Recursos Humanos;
 4. Comitê de Estratégia;
 5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
 6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração é fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2018.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;

- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$17.355 mil;
- A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Até 30/06/2015 foram realizadas 34 reuniões.

Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2015, até o mês de junho, foram realizadas 6 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:
 - um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
 - um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
 - três eleitos pelo acionista majoritário.
- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>
- Principais responsabilidades e atribuições:
 - Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elegeu, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “*Public Company Accounting Oversight Board*” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os riscos estratégicos e de processos/operacionais. Objetivo é fornecer informações a alta administração para a tomada de decisões relativas à gestão dos riscos de maior relevância, preservando o valor da empresa.

Os riscos estratégicos são aqueles relacionados aos objetivos e à visão da Empresa, ou a decisões estratégicas que podem não alcançar o êxito planejado. Para estes riscos, existe uma matriz em que são identificados 17 riscos estratégicos, tais como: dificuldades na captação de recursos, renovação de concessão e contingências ambientais.

Já os riscos operacionais são aqueles que surgem no exercício das funções do negócio, ou seja, estão associados às pessoas, aos sistemas e aos processos de que sua operação depende. O caderno de riscos do último ciclo completo de revisão (2012) foi finalizado com 160 riscos operacionais mapeados, entre eles, ruptura de barragens, incertezas regulatórias sobre a comercialização de energia da geradora e não redução das perdas comerciais e técnicas em níveis determinados pelo órgão regulador.

No período entre 2012 e 2014, foram investidos cerca de R\$ 2 milhões no aprimoramento do processo de Gestão de Riscos da Cemig, consistindo na revisão do modelo de gestão e na implantação de um novo sistema (módulo SAP GRC RM), elevando a transparência e a confiabilidade de todo o processo. A nova ferramenta permite, dentre outros:

- o gerenciamento de fluxo de agentes envolvidos na gestão de riscos, como o gestor do processo, a equipe de gestão de riscos corporativos, gerentes, superintendentes e diretores;
- a inserção de novos parâmetros no modelo de gerenciamento de risco passando a considerar, por exemplo: causas e consequências de um risco e atribui a ele distintos níveis hierárquicos da organização;

- a vinculação de um risco gerido em um nível operacional com um risco que está sendo avaliado pelo nível estratégico;
- atualmente está em andamento processo de revisão da matriz de riscos de processos da empresa, considerando as novas possibilidades abertas pela nova metodologia e ferramenta.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos;
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av. Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contactada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30/06/2015

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	-	214.414.739	17,03
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	79.001.657	9,43	79.058.360	6,28
Total Controlador	214.471.442	50,97	79.001.657	9,43	293.473.099	23,31
AGC Energia S/A (1)	138.700.848	32,96	42.671.763	5,09	181.372.611	14,41
FIA Dinâmica Energia S/A	38.040.754	9,04	12.725.158	1,52	50.765.912	4,03

(1) A acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/06/2015

	30/06/2015	
	ON	PN
Controlador	214.471.442	79.001.657
Conselho de Administração	103.459	140.339
Diretoria Executiva	9	784
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação (<i>free float</i>)	206.189.729	758.373.517
TOTAL	420.764.708	838.076.946

Relações com Investidores

No ano de 2014, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio de 2015, pelo 20º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
 - endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
 - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
 - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às informações contábeis intermediárias, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará (“UHE Jaguará”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguará e UHE São Simão, respectivamente. As referidas liminares asseguravam que a controlada direta Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) permaneceria no controle da UHE Jaguará e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedidos, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. No dia 24 de junho de 2015, concluiu-se a manifestação dos Ministros do STJ a respeito da liminar da UHE Jaguará, sendo indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT, por 6 (seis) votos a 2 (dois). No dia 30 de junho de 2015, considerando o resultado do pleito da UHE Jaguará, o STJ revogou a liminar referente à UHE São Simão. Em 22 de julho de 2015, a Cemig GT ajuizou novas medidas e pedidos no STJ, que ainda não foram apreciados por este tribunal. Considerando o andamento das discussões judiciais, e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Cemig GT reconheceu até 30 de junho de 2015, as receitas e custos operacionais das UHEs Jaguará e São Simão, uma vez que permaneceu no controle destes ativos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Renovação das concessões de distribuição

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, a controlada direta Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) detém concessões para exploração de atividades de distribuição de energia elétrica nas regiões norte, sul, leste e oeste do estado de Minas Gerais com vencimentos determinados para fevereiro de 2016. Em 15 de outubro de 2012, a Cemig D encaminhou para a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a sua manifestação de interesse na prorrogação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica anteriormente mencionados. Em 17 de janeiro de 2014, a ANEEL enviou para a Cemig D um ofício circular informando que está analisando o requerimento de prorrogação das concessões, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Em 02 de junho de 2015 foi editado o Decreto nº 8.461 que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição alcançadas pela Lei nº 12.783/2013. Posteriormente, em 10 de junho de 2015, a ANEEL publicou a Audiência Pública nº 038/2015, com o objetivo de obter subsídios para o aprimoramento do modelo de termo aditivo ao contrato de concessão

para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica com base no Decreto nº 8.461/2015. O prazo de contribuições para essa Audiência encerrou-se em 13 de julho de 2015, sendo que até a data da aprovação destas informações contábeis intermediárias, os termos da prorrogação estão sob análise da ANEEL. A prorrogação dos contratos de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As informações contábeis intermediárias da Cemig D e consolidadas nas informações contábeis intermediárias da Companhia, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, as quais contemplam a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador
CRC-1MG 079.276/O-7